



Comunicação Científica e Técnica em Odontologia 5

Emanuela Carla dos Santos
(Organizadora)



Comunicação Científica e Técnica em Odontologia 5

Emanuela Carla dos Santos
(Organizadora)

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Karine de Lima

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C741 Comunicação científica e técnica em odontologia 5 [recurso eletrônico] / Organizadora Emanuela Carla dos Santos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-962-2

DOI 10.22533/at.ed.622202401

1. Dentistas. 2. Odontologia – Pesquisa – Brasil. I. Santos, Emanuela Carla dos.

CDD 617.6069

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A inovação é o combustível do crescimento profissional em todas as áreas, mesmo na mais tradicional até a área mais tecnológica. A Odontologia é a ciência que agrega os princípios técnicos tradicionais, como por exemplo, aqueles postulados por Greene Vardiman Black, às mais avançadas tecnologias, como escâneres intraorais e impressoras 3D capazes de produzirem peças anatomicamente perfeitas, específicas para cada caso.

Pensando na propagação de conhecimento dentro das mais variadas áreas de atuação do Cirurgião Dentista, a Atena Editora disponibiliza mais um compilado de artigos, organizados em dois volumes, com a temática Comunicação Técnica e Científica em Odontologia.

Espero que a leitura do conteúdo deste E-book proporcione ampliação de conhecimentos e que também provoque curiosidade em você, leitor, pois são os novos questionamentos que impulsionam novas descobertas.

Ótima leitura.

Emanuela C. dos Santos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AVALIAÇÃO DO ESCOAMENTO DE CIMENTOS OBTURADORES ENDODÔNTICOS	
Ana Luiza Moraes Sena Raulino Raissa Pinheiro de Paiva Liliane Cristina Nogueira Marinho Natália Teixeira da Silva Joselúcia da Nóbrega Dias	
DOI 10.22533/at.ed.6222024011	
CAPÍTULO 2	10
HABILIDADE DA MODELAGEM DO UNICONE E HYFLEX EM CANAIS CURVOS SIMULADOS	
Vanessa Melo Lacerda Maria Kaline Romeiro Teodoro Luciana Ferraz Gominho Giovanna Emanuelle Cavalcanti Perrelli Thais Aquino Moreira de Sousa Alyne Alves Leal da Cruz Diana Santana de Albuquerque	
DOI 10.22533/at.ed.6222024012	
CAPÍTULO 3	23
INFECÇÕES ODONTOGÊNICAS: A BUSCA PELO CORRETO DIAGNÓSTICO AO TRATAMENTO ADEQUADO	
Rafael Pereira da Cunha Vasconcelos Clara Herrera Freire Glauco Siqueira Lima Marina Fraga Vale	
DOI 10.22533/at.ed.6222024013	
CAPÍTULO 4	50
AVALIAÇÃO DO ESTRESSE E QUALIDADE DE VIDA EM PACIENTES PSORIÁSICOS, COM E SEM LÍNGUA GEOGRÁFICA E PACIENTES COM LÍNGUA GEOGRÁFICA	
Maria Aparecida da Silva Oliveira Lara Barros Damacena Bárbara Bispo Peixoto Larissa Tinô de Carvalho Silva Bruna Lavinias Sayed Picciani Aleska Dias Vanderlei Euclides Maurício Trindade Filho Sonia Maria Soares Ferreira Vanessa de Carla Batista dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6222024014	
CAPÍTULO 5	59
DOENÇAS CARDIOVASCULARES, DOENÇA PERIODONTAL E NEOPLASIAS RELACIONADAS AO TABAGISMO: REVISÃO DE LITERATURA	
Juliana Barbosa de Faria Taíssa Cássia de Souza Furtado Bárbara Bellocchio Bertoldo Natália de Lima Raphael Cardoso Sousa Valério Sanivia Aparecida de Lima Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.6222024015	

CAPÍTULO 6 70

TESTES DIAGNÓSTICOS PARA DETECÇÃO PRECOCE DO CÂNCER BUCAL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Tatiana Wannmacher Lepper
Natalia Batista Daroit
Marcia Gaiger de Oliveira
Arthur Pias Salgueiro
Fernanda Visioli
Pantelis Varvaki Rados
Renata Ferreira Prigol

DOI 10.22533/at.ed.6222024016

CAPÍTULO 7 85

OSTEOPOROSE ÓSSEA EM MANDÍBULAS DE PACIENTES EM USO DE BISFOSFONATOS, MENSURADOS POR ÍNDICE RADIOMORFOMÉTRICO

Juliana Bellini Pereira da Silva
Elcio Magdalena Giovani
Bruno Vieira Caputo
Ricardo Salgado Souza

DOI 10.22533/at.ed.6222024017

CAPÍTULO 8 97

EXPRESSÃO GÊNICA DE IL-3 E TNF- α EM PORTADORES DA SÍNDROME DE PAPILLON-LEFÈVRE

Giulia Melo Lettieri
Giancarlo Crosara Lettieri
Laudimar Alves de Oliveira
Loise Pedrosa Salles

DOI 10.22533/at.ed.6222024018

CAPÍTULO 9 110

AVALIAÇÃO DA REGENERAÇÃO ÓSSEA EM RATOS COM DIABETES MELLITUS TIPO 1, SUBMETIDOS ÀS TERAPIAS COM INSULINA E LASER DE BAIXA INTENSIDADE

Pedro Henrique Justino Oliveira Limirio
Jessyca Figueira Venâncio
Gustavo Davi Rabelo
Camila Rodrigues Borges Linhares
Priscilla Barbosa Ferreira Soares
Paula Dechichi

DOI 10.22533/at.ed.6222024019

CAPÍTULO 10 121

USO DE COADJUVANTES À HIGIENE ORAL CONVENCIONAL EM MANUTENÇÃO PERIODONTAL – UMA ATUALIZAÇÃO

Amanda Almeida Costa
Fernando Oliveira Costa

DOI 10.22533/at.ed.62220240110

CAPÍTULO 11 126

ESTIMULAÇÃO ÓSSEA ATRAVÉS DE ULTRASSON

José Ricardo Mariano
Lenadro Lécio de Lima Sousa
Sérgio Charifker Ribeiro Martins

DOI 10.22533/at.ed.62220240111

CAPÍTULO 12 146

QUANTITATIVE EVALUATION OF BEHAVIOR AND PATTERN OF BACTERIAL ADHESION ON CERAMIC AND METAL BRACKET

Luíza Trindade Vilela
José Columbano Neto
Flávio de Mendonça Copello
Margareth Maria Gomes de Souza
Ana Maria Bolognese

DOI 10.22533/at.ed.62220240112

CAPÍTULO 13 156

PERCEPÇÃO DOS ALUNOS SOBRE A DISCIPLINA DE ORTODONTIA DURANTE A GRADUAÇÃO EM FONOAUDIOLOGIA

Luísa Schubach da Costa Barreto
Guido Artemio Marañón-Vásquez
Rodrigo Lopes de Lima
Ana Maria Bolognese
Margareth Maria Gomes de Souza

DOI 10.22533/at.ed.62220240113

CAPÍTULO 14 167

QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA À SAÚDE BUCAL: ESTUDO SOBRE O IMPACTO CAUSADO POR 2 APARELHOS EXPANSORES DA MAXILA EM CRIANÇAS DE 11 A 14 ANOS

Bruno de Paula Machado Pasqua
Cristiane Barros André
José Rino Neto

DOI 10.22533/at.ed.62220240114

CAPÍTULO 15 179

UTILIZAÇÃO DA CHUPETA NA PREVENÇÃO DA SÍNDROME DE MORTE SÚBITA DO LACTANTE

Winicius Arildo Ferreira Araujo
Iorrana Morais Oliveira
Jordana Resende Martins
Marcelo Costa Rodrigues
Grace Kelly Martins Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.62220240115

CAPÍTULO 16 184

SAÚDE BUCAL AUTO PERCEBIDA DE ADOLESCENTES MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA/ES

Vivianne Batista de Aquino
Ludmilla Awad Barcellos

DOI 10.22533/at.ed.62220240116

CAPÍTULO 17 195

ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DA SAÚDE BUCAL DO IDOSO DO MUNICÍPIO DE PENEDO- AL

Edilaine Soares dos Santos
João Francisco Tenório Neto
Karini Vieira Menezes De Omena
Lorena Alves Coutinho Pimentel
Maria Luana Lopes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.62220240117

CAPÍTULO 18 208

APLICABILIDADE DO ÍNDICE DE CUMPRIMENTO GLOBAL DE METAS MODIFICADO NOS CENTROS DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA PARAÍBA

Thiago Lucas da Silva Pereira
Gabriela de Nazaré Wanderley Lira
Wilton Wilney Nascimento Padilha

DOI 10.22533/at.ed.62220240118

CAPÍTULO 19 216

AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DO AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL SOBRE A IMPORTÂNCIA DO AUTOEXAME DE BOCA NA PRÁTICA ASSISTENCIAL EDUCATIVA EM SAÚDE PÚBLICA

Alexandre Cândido da Silva
Camila Correia dos Santos
Kelly Cristine Tarquínio Marinho
Isabela Cândido Pollo
Élcio Magdalena Giovani

DOI 10.22533/at.ed.62220240119

CAPÍTULO 20 223

PERFIL SOCIOECONÔMICO E ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ODONTOLOGIA: VISANDO CONTRIBUIR COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Simone Dutra Lucas
Vitor Martins Paulino
Leila Nara Nogueira Magalhães
Clarice Ramos da Cunha
Maria Inês Barreiros Senna
Andrea Clemente Palmier

DOI 10.22533/at.ed.62220240120

CAPÍTULO 21 260

AVALIAÇÃO DA IMUNOEXPRESSÃO DE PI3K E PTEN EM CERATOCISTOS ODONTOGÊNICOS E AMELOBLASTOMAS

Sthefane Gomes Feitosa
Filipe Nobre Chaves
Paulo Goberlânio de Barros Silva
Ana Paula Negreiros Nunes Alves
Fábio Wildson Gurgel Costa
Thâmara Manoela Marinho Bezerra
Karuza Maria Alves Pereira

DOI 10.22533/at.ed.62220240121

CAPÍTULO 22 273

ALTURA MENSURADA PELOS DENTES: ANÁLISE DAS PESQUISAS RELACIONADAS AO MÉTODO DE CARREA

Maria Heloisa Martins
Paloma Rodrigues Genú
Adriana Paula de Andrade da Costa e Silva Santiago
Danielle Ramalho Barbosa da Silva
Cybelle Ferraz Gomes
Ingrid Carla Mascarenhas Santos
Priscilla Chaves Bandeira Veríssimo de Souza

DOI 10.22533/at.ed.62220240122

SOBRE A ORGANIZADORA.....	279
ÍNDICE REMISSIVO	280

PERFIL SOCIOECONÔMICO E ACADÊMICO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE ODONTOLOGIA: VISANDO CONTRIBUIR COM AS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Data de submissão: 04/11/2019

Data de aceite: 15/01/2020

Simone Dutra Lucas

Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Odontologia Social e Preventiva, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Vitor Martins Paulino

Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Odontologia Social e Preventiva, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Leila Nara Nogueira Magalhães

Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Odontologia Social e Preventiva, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Clarice Ramos da Cunha

Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Odontologia Social e Preventiva, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Maria Inês Barreiros Senna

Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Clínica, Patologia e Cirurgia Odontológicas, Belo Horizonte, Minas Gerais.

Andrea Clemente Palmier

Faculdade de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Odontologia Social e Preventiva, Belo Horizonte, Minas Gerais.

RESUMO: A expansão do número de vagas e a democratização do acesso nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) demandaram ações para viabilizar a permanência dos estudantes. Surge então a necessidade de se pesquisar seus impactos no âmbito de cursos tradicionais e de alta demanda como o de Odontologia por este ser oneroso e em horário integral. A pesquisa objetiva caracterizar o perfil socioeconômico e acadêmico dos estudantes de Odontologia da UFMG. É um estudo transversal descritivo envolvendo todos os alunos de graduação matriculados no primeiro semestre de 2018 (N=656). Utilizou-se um questionário estruturado em quatro dimensões com 29 questões fechadas, testado previamente e aplicado em sala de aula. O banco de dados foi elaborado no software Statistical Package of Social Sciences, vs 19, cuja validação ocorreu após revisão da digitação seguida da análise. Pesquisa aprovada pelo COEP/UFMG (parecer n. 2.144.090). A participação foi de 72,0% (472). Os resultados reafirmam a feminização dos estudantes de odontologia e uma baixa média de idade, sendo esta indicativa de sucesso na trajetória escolar. Houve um aumento do número de negros. Percebe-se um decréscimo na renda, comparada a pesquisas anteriores, merecendo destaque a presença de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Contudo, há muito que se avançar nesse contexto visto que, mesmo com a ampliação do ingresso de estudantes das classes desfavorecidas socioeconomicamente nas IFES, estes necessitam de uma assistência estudantil diferenciada para conseguir subsidiar a sua manutenção e permanência na universidade.

PALAVRAS-CHAVE: Odontologia. Estudantes. Ensino Superior. Classe Social.

SOCIOECONOMIC AND ACADEMIC PROFILE OF DENTIST COURSE STUDENTS: AIMING TO CONTRIBUTE TO STUDENT ASSISTANCE POLICIES

ABSTRACT: The expansion of the number of students in universities and democratization of access in the Federal Institutions of Higher Education (FIHE) demanded maintenance actions to guarantee the stay of the socioeconomically disadvantaged students at university. There's necessity to investigate its impacts in traditional and high demand courses, such as Dentistry, because it's full time and an expensive course. The objective is to characterize the socioeconomic and academic profile of the dental students at Federal University of Minas Gerais (UFMG). It's a cross-sectional descriptive study involving all undergraduate students enrolled in the first semester of 2018. A questionnaire was used, structured in four dimensions with 29 questions, previously tested in a pilot study and applied in Dentistry School classrooms. The database was elaborated in Statistical Package of Social Sciences software, vs 19, whose validation occurred after review of the typing. Study approved by Ethics Committee in Research of UFMG (opinion n. 2,144,090). The response rate was 72.0%. The results show the reaffirmation of dentistry students feminization and a low average age, being this indicative of success in the high school. There has been an increase in the number of black students, a decrease in financial income, highlighting the presence of beneficiaries of Bolsa Família, a social program aimed at needy families. However, even with the expansion of the enrollment of socioeconomically underprivileged classes students in the FIHE, they need a differentiated student assistance in order to subsidize their maintenance and guarantee their stay in university

KEYWORDS: Dentistry. Students. Education, Higher. Social Class

1 | INTRODUÇÃO

As oportunidades educacionais não são iguais para todos os grupos sociais no Brasil, havendo fortes diferenciais nos níveis educacionais nos diversos estratos da sociedade (SILVA; HASENBALG, 2001). O sistema vivenciado atualmente, o neoliberalismo, amplia as desigualdades existentes, pois indivíduos provenientes de classes diferentes não podem concorrer igualmente. Neste contexto, estudantes oriundos de classes historicamente desfavorecidas não podem concorrer com estudantes que tiveram melhores oportunidades educacionais e sociais, devido à violência simbólica e à reprodução das desigualdades vividas por sua classe. Daí a importância de que políticas de caráter afirmativo, como a política de cotas, seja adotada, numa perspectiva de superação das desigualdades sociais e educacionais,

para diminuir o fosso existente entre pobres e ricos, brancos e negros, homens e mulheres (SOUZA; BRANDALISE, 2016).

Ao longo da história a população tem acreditado no poder da educação para a mobilidade social, esperando que a ascensão do indivíduo (social e economicamente) se dê através da elevação do grau de estudo. Para o autor o sistema de ensino age para a perpetuação das diferenças entre classes, mostrando que os estudantes que obtêm os melhores resultados fazem parte das classes que ocupam os mais altos lugares na pirâmide social e econômica (BOURDIEU, 2010).

Mesmo que tenha ocorrido uma expansão da educação superior, nas últimas décadas, o Brasil continua tendo um sistema de acesso basicamente de elite. As políticas mais recentes de inclusão dos grupos historicamente excluídos deste nível educacional começam a alterar significativamente o perfil do estudante de graduação (RISTOFF, 2014; SOUZA; BRANDALISE, 2016).

No contexto da educação no Brasil se coloca em 2009 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) que no contexto da educação superior pública tem como princípios, entre outros, a expansão de oferta de vagas, garantia da qualidade e promoção da inclusão social (BRASIL, 2007).

As ações afirmativas são políticas que investem recursos na reversão de desvantagens sociais historicamente construídas em detrimento de pessoas pertencentes a grupos discriminados e socioeconomicamente cerceados no passado ou no presente. São medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural. Sob essa rubrica podem, portanto, ser incluídas medidas que englobam tanto a promoção da igualdade material e de direitos básicos de cidadania como também formas de valorização étnica e cultural. Esses procedimentos podem ser de iniciativa e âmbito de aplicação público ou privado, e adotados de forma voluntária e descentralizada ou por determinação legal. A ação afirmativa se diferencia das políticas puramente anti-discriminatórias por atuar preventivamente em favor de indivíduos que potencialmente são discriminados, o que pode ser entendido tanto como uma prevenção à discriminação quanto como uma reparação de seus efeitos. Políticas puramente anti-discriminatórias, por outro lado, atuam apenas por meio de repressão aos discriminadores ou de conscientização dos indivíduos que podem vir a praticar atos discriminatórios. No debate público e acadêmico, a ação afirmativa com frequência assume um significado mais restrito, sendo entendida como uma política cujo objetivo é assegurar o acesso a posições sociais importantes a membros de grupos que, na ausência dessa medida, permaneceriam excluídos. Nesse sentido, seu principal objetivo seria combater desigualdades e dessegregar as elites, tornando sua composição mais representativa do perfil demográfico da sociedade (GEMAA, 2011; SOUZA; BRANDALISE, 2016).

As cotas são algumas das possibilidades de efetivação das ações afirmativas. As mais relevantes políticas criadas especificamente para as populações negra e indígena no Brasil foram as que preconizam a oferta de cotas raciais nas instituições de ensino superior. Elas são, sobretudo, uma conquista do movimento negro e provocaram um acalorado debate sobre a adequação destas medidas nos sistemas de seleção das universidades brasileiras. A polêmica ocasionada pelo tema levantou a questão sobre o mérito de ingresso nessas instituições, sobretudo, quando se considera que as condições entre os candidatos são tão adversas (SANTOS; SCOPINHO, 2016).

As ações afirmativas para o ensino superior público perpassam os três princípios do PDE, diminuindo a dificuldade de grupos não favorecidos em sua inserção na sociedade. Essas políticas buscam reduzir a discriminação e a desigualdade social em diferentes áreas, inclusive com relação ao acesso ao Ensino Superior público, objetivando corrigir as desigualdades historicamente impostas a determinados grupos sociais e/ou étnico-raciais (GOMES, 2003; WINTHER; GOLGHER, 2010).

Em 29 de agosto de 2012 foi aprovada a Lei nº 12.711 (BRASIL, 2012), mais conhecida como Lei de Cotas, que garante a reserva de vagas para estudantes provenientes de escolas públicas, pretos, pardos e indígenas, a ser aplicada em todas as universidades federais do Brasil. Para a Lei de Cotas, as vagas são reservadas na instância do vestibular, de modo que a maneira de pleitear o acesso à universidade será a mesma para todos os alunos: a realização do exame vestibular, sendo que alguns concorrerão para as vagas gerais e outros para as vagas reservadas (SANTOS; SCOPINHO, 2016).

As cotas, no caso brasileiro, significam uma possibilidade concreta de justiça social, de divisão da riqueza e do poder do Estado, haja vista que o acesso ao ensino superior público e gratuito ter sido até hoje privilégio (com poucas exceções) das classes médias/altas e brancas e que por isso controlam o Estado e a Sociedade. Dessa forma as cotas são um mecanismo que possibilita a diminuição do privilégio e a concretização do acesso à universidade pública de jovens oriundos das camadas populares e, ainda, dos negros e indígenas para que se atinja um nível razoavelmente aceitável de igualdade étnica e racial na sociedade brasileira. A sociedade brasileira, apesar das mudanças recentes, ainda é uma das mais desiguais do mundo, principalmente em termos de distribuição de renda, haja vista ter conseguido melhoras em seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (MAGNONI, 2016).

São vários os fatores que determinam o nível de escolarização e qualidade de ensino absorvida pelos indivíduos, abrangendo características pessoais inatas (tais como cor e gênero), familiares (escolaridade dos pais, renda familiar, número de irmãos), locais (localização da escola, zona de residência, proximidade da escola) entre outros (WINTHER; GOLGHER, 2010).

1.1 A cor do estudante de graduação

Existe influência da cor ou raça do indivíduo, não só quanto às condições correntes mais precárias de inserção de pretos e pardos, mas também com relação ao processo de acumulação de desvantagens no processo educacional (BUCHMANN; HANNUM, 2001; WINTHER; GOLGHER, 2010; HASEMBALG; SILVA, 1988).

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 2008, 13,6% dos negros são analfabetos contra 6,2% dos brancos, enquanto a população branca estuda em média 8,3 anos, a negra estuda 6,5, mas é justamente no ensino superior que o mito da democracia racial e da igualdade cai por terra, apenas 16,4% de jovens negros entre 18 e 24 anos estava na universidade, proporção que atinge 35,8% entre os jovens brancos da mesma faixa etária.

Os brancos, segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, representam 47,7% da população brasileira, os pretos representam 7,6%, os pardos 43,1% e amarelos 1,1% e indígenas 0,4%, a não declaração foi mínima (cerca de 0,1%). No entanto observa-se, no terceiro ciclo do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE), realizado no ano de 2016, que o curso de Odontologia apresenta 64,7% de estudantes brancos, 26,7% pardos e 4,3% pretos, amarelo 2,8% e 1,1% não declarou. Sendo assim apesar de representarem 50,7% da população brasileiras, pretos e pardos ainda são minoria no curso de Odontologia.

1.2 A renda familiar do estudante de graduação

A origem social e a situação econômica da família do estudante é, sem dúvida, um fator determinante na trajetória do jovem brasileiro pela educação superior e, por isso mesmo, deve estar na base das políticas públicas de inclusão dos grupos historicamente excluídos (WINTHER; GOLGHER, 2010; RISTOFF, 2014).

Os dados do questionário socioeconômico dos dois primeiros ciclos completos do ENADE revelam que houve, de 2004 a 2012, em todos os cursos, uma diminuição percentual de estudantes oriundos de famílias de alta renda (mais de 10 salários mínimos).

No terceiro ciclo do ENADE, constata-se que o campus brasileiro é significativamente mais rico que a sociedade brasileira e merece destaque nesta questão os alunos do curso de Odontologia sendo superados apenas pelos do curso de medicina sendo estes cerca de seis vezes mais ricos que a população do país. Percebe-se que em todos os cursos um número cada vez menor de estudantes ricos ingressa na educação superior, mesmo em curso de alta demanda devido às políticas de inclusão. O curso de Odontologia, que tem a menor representação na faixa de até três salários mínimos tem expressiva representação nas faixas de renda superiores a 10 salários mínimos.

Entre os egressos do curso de odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) graduados entre 1982 e 1985, 46% trabalharam durante a vida escolar

(LUCAS, 1995). Quando a família não tem recursos financeiros para manter os filhos integral ou parcialmente a continuidade dos estudos depende essencialmente da sua disposição e de suas aspirações, embora ele possa receber estímulos e incentivos da família (ROMANELLI, 1994).

1.3 A origem escolar do estudante de graduação

Mais de 85% dos aprovados no vestibular da UFMG, no período de 2004 a 2008, frequentaram instituições privadas. Vale destacar ainda, segundo estes autores, que os aprovados no vestibular da UFMG oriundos de escolas públicas estudaram, predominantemente em Instituições Federais de ensino quando comparados às escolas públicas estaduais e/ou municipais (WINTHER; GOLGHER, 2010).

Na pesquisa desenvolvida por Lucas (1995) as reprovações durante o 1º e 2º graus, atualmente denominado ensino médio, não foram muito presentes entre os odontólogos graduados entre 1982 e 1985 que atuavam em Belo Horizonte.

Quando perguntado aos participantes onde cursaram o ensino médio fica evidente que, a cada ciclo do ENADE mais estudantes da escola pública chegaram ao campus, tendo já superado, na média, mas não nos cursos de alta demanda, o percentual que a Lei de Cotas estabelece para as instituições federais de ensino superior. Os dados demonstram claramente que a grande maioria dos estudantes dos cursos de alta demanda tem origem no ensino médio privado representando 75% na Odontologia. Apesar disso, observa-se que as políticas de inclusão aos poucos começam a alterar este quadro (RISTOFF, 2014).

1.4 A escolarização dos pais e os cursos de graduação

A família é um dos aspectos mais decisivos na determinação da escolarização e da qualidade de ensino, pois quanto maior é o nível de instrução dos pais, maior tende a ser a importância dada à educação dos filhos (LEE; BARRO, 1997). Pais com maior nível de estudo apresentam maior tendência de matricular seus filhos em escolas privadas, mesmo controlando pela renda (WINTHER; GOLGHER, 2010). O histórico educacional da família, por promover a transmissão intergeracional de posições sociais, é um dos principais fatores de geração de melhores oportunidades de mobilidade social (SILVA; HASENBALG, 2001).

O capital cultural dos pais influencia o desempenho escolar dos filhos. Quanto mais escolarizados são os pais, mais chances têm os filhos de serem bem-sucedidos nas avaliações acadêmicas. Se as famílias têm proximidade com a cultura erudita o desempenho dos filhos é potencializado. A existência de um universo de bens simbólicos onde, muitas vezes, o capital econômico é convertido em capital cultural e vice-versa. A importância do *habitus* compreendido como conjunto de valores e predisposições introjetados pela pessoa que a leva a se posicionar neste mercado de bens simbólicos, de forma a aumentar as chances de alcançar os seus objetivos (BORDIEU, 1992; WINTHER; GOLGHER, 2010).

No interior das famílias, as mães mais instruídas parecem ser melhores administradoras das carreiras escolares. Há mais possibilidade de que elas monitorem o progresso do filho, e de que escolham um tipo de ensino secundário que o conduza ao ensino superior (NOGUEIRA, 1994). Constata-se uma correlação muito forte entre o êxito escolar e o capital cultural familiar medido pelo nível de escolaridade de duas gerações, enquanto as frações de classes dominantes mais favorecidas, do ponto de vista econômico e do poder, não são necessariamente as mais bem equipadas em capital cultural (BORDIEU, 1992).

É a classe social, que por intermédio da família, escolhe a profissão que suas novas gerações vão seguir, ou ao menos favorece as condições para que se vislumbre determinados espaços profissionais como pensáveis ou impensáveis, quer dizer, como viáveis ou absurdos (DURAND, 1985).

Em pesquisa realizada por Lucas (1995) a autora observou que entre os egressos do curso de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) graduados entre 1982 e 1985 existiam tanto pais que possuíam profissões de nível superior quanto pais com profissões de baixa qualificação profissional. Entre estes, as profissões eram: lavrador, bombeiro, caminhoneiro, pintor, alfaiate, sapateiro, carroceiro, carpinteiro, mestre de obras, caldeireiro, dentista prático, pedreiro, seleiro, trabalhador rural/agricultor, comerciante, taxista, marceneiro, funileiro, tecelão, barbeiro, eletricitista de automóveis e sítiante. A autora destaca que estes estudantes apresentavam menos chances de ingressarem no curso de Odontologia desta universidade, tendo em vista que o ensino superior gratuito desta parece aumentar a seletividade destes estudantes.

Analisando os dados dos aprovados nos vestibulares da UFMG, no período de 2004 a 2008, Winther e Golgher (2010) observaram que houve um aumento no nível de instrução dos pais, indicando que os ingressantes na UFMG são oriundos de famílias com alto nível de educação formal, que os brancos são mais representativos nas faixas de renda mais alta ficando claro que a partir de 10 salários mínimos as proporções de brancos superam as de não brancos. Nesta pesquisa fica evidente, também, que somente cerca de 30% dos estudantes brancos e aproximadamente 50% dos não brancos vieram de escola pública, demonstrando que quanto maior a renda, maior a probabilidade de o indivíduo estudar em escola privada. Estes autores afirmam que a política de bônus adicional, adotada pela UFMG no período estudado, fez com que alunos que não entrariam nesta universidade passaram a ingressar nela.

Os dados do terceiro ciclo do ENADE (2016) mostram que há uma forte correlação entre renda familiar, origem escolar, cor, trabalho e escolaridade dos pais. Cursos identificados como os mais brancos, com estudantes mais ricos, que não trabalham e que vêm de escola de ensino médio privado são também os cursos que têm a maioria de estudantes que vêm de famílias cujo pai tem escolaridade superior. No entanto, em todos os cursos, sejam eles os mais ou menos competitivos, há uma diminuição gradativa de filhos de pais com escolaridade superior, indicando que as classes populares, historicamente excluídas deste nível educacional, começam a

ter oportunidades de acesso. Mesmo assim a busca pelos cursos de alta demanda e as chances de ingresso ainda permanecem significativamente marcadas pela escolaridade superior dos pais.

1.5 A permanência dos alunos de graduação

Nos últimos tempos, devido às mudanças nos mecanismos de seleção de estudantes para os cursos de graduação adotados pela Universidade Federal de Minas Gerais, e perspectivas observadas no mercado de trabalho para os cirurgiões-dentistas; tem se observado um maior ingresso de alunos oriundos das camadas populares comparado a anos anteriores nesta universidade. Diante deste fenômeno torna-se necessário compreender as estratégias adotadas por estes estudantes ao longo das suas trajetórias escolares, incluindo aí o período de graduação.

De acordo com Portes (1998) entende-se por estratégias: “... o conjunto de práticas e atitudes ideológicas ou morais que – consciente ou inconscientemente – cada grupo social põe em prática com uma determinada finalidade...”. Para compreender esta questão, torna-se necessário, analisar pesquisas desenvolvidas no campo da educação. Os universitários de origem trabalhadora deixam transparecer que as estratégias por eles empreendidas ao longo de suas trajetórias escolares, ao possibilitar a permanência e o avanço no percurso, podem lhes assegurar ascensão social. Estes estudantes são originários de famílias numerosas e se intitulam como brancos. Em pesquisa desenvolvida pelo autor, na qual se analisa as estratégias escolares do universitário das camadas populares, na UFMG encontra-se que 35,1% dos alunos exerciam atividades remuneradas, de baixa qualificação profissional, já no decorrer do 1º grau e que este contingente de trabalhadores vai aumentando conforme atingem o 2º grau, atualmente denominado ensino médio.

A partir do PDE, que visava a expansão da oferta de vagas no ensino superior, garantia de qualidade da educação, promoção de inclusão social e ordenação territorial e desenvolvimento econômico e social no contexto da reestruturação do ensino superior, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Esse programa definiu como objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior. Seu propósito foi criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior (BRASIL, 2007).

As políticas de assistência ao estudante implementadas em nosso país foram resultado de muitos esforços realizados pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis e Comunitários (FONAPRACE) das IFES a partir da década de 80.

É o Estado implantando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Trata-se de políticas sociais, implementadas por meio das políticas públicas voltadas em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas no seio do modo como se produz a vida (FILHO; PEREIRA, 2015).

Vive-se, desde o início do século XXI, um momento importante de expansão e democratização do acesso à educação superior pública no Brasil. Com a implantação do REUNI, em 2007, foram criadas 14 novas universidades federais e mais de 100 novos campus em todas as regiões do país. Além disso, foram diversificadas as formas de ingresso nos processos seletivos das universidades, com adoção da nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da implantação das cotas étnico-raciais e sociais. Como consequência da expansão do acesso, logo se procurou propiciar condições para que os alunos de famílias com dificuldades socioeconômicas pudessem permanecer e concluir os estudos. Foi com este objetivo que, em 2008, foi criado o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que visa viabilizar a igualdade de oportunidades entre os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, por meio de ações que possam combater situações de repetência e evasão. Os programas de assistência estudantil são, atualmente, desenvolvidos em quase todas as IFES e incorporam ações como: alimentação, moradia, assistência à saúde, creche, acessibilidade e apoio pedagógico (SANTOS; MARAFON, 2016).

A finalidade do PNAES é ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, tem como objetivos democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão, contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Em 29 de agosto de 2012 foi sancionada a Lei nº 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, que definiu que as instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Sendo destes 50% metade para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo per capita e a outra metade para aos estudantes oriundos de famílias com renda superior a 1,5 salário mínimo per capita. A lei também determina que os 50% de vagas reservadas serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE.

A partir da Lei de Cotas se fez ainda mais importante o PNAES tendo em vista a ampliação efetiva do acesso para os estudantes oriundos de classes

socioeconomicamente desfavorecidas. Sendo assim o nosso estudo busca verificar a efetividade da aplicação da Lei na Faculdade de Odontologia da UFMG (FAOUFG) e a efetividade da PNAES especificamente para o de odontologia que conta com o diferencial de ser bastante oneroso apesar de ser ofertado em uma universidade pública.

Não é fácil para o universitário conciliar trabalho e Universidade, considerando-se a natureza do curso frequentado, carga horária exigida e condições de trabalho oferecidas. No estudo de Portes (1993), onde o autor fez um estudo com 37 alunos assistidos pela Fundação Universitária Mendes Pimentel (FUMP), 19% dos pesquisados possuíam bolsa de trabalho oferecida pela FUMP ou bolsa de graduação como iniciação científica, extensão ou monitoria como forma de se manter e atender as suas necessidades básicas.

1.6 Política de assistência estudantil na UFMG

A FUMP é uma instituição sem fins lucrativos, controlada pela UFMG, que tem a missão de prestar assistência estudantil aos alunos de baixa condição socioeconômica. No final dos anos de 1980, a FUMP conseguiu sanear suas contas e ampliar suas formas de receita. Com o orçamento equilibrado, a Instituição ampliou sua estrutura de apoio ao estudante, passando a administrar o Programa Permanente de Moradia Universitária da UFMG. Em 2001, foi inaugurado o complexo da Moradia Universitária Ouro Preto I, em Belo Horizonte e, em 2002, começou a funcionar a moradia de Montes Claros. Em 2006, os estudantes passaram a contar com a Moradia Ouro Preto II, também em Belo Horizonte.

A partir de 2008, a demanda pela assistência oferecida pela FUMP começou a aumentar significativamente com a inclusão de mais estudantes pela UFMG por meio do REUNI e da política de bônus no vestibular que beneficiou egressos das escolas públicas e candidatos que se declararam pardos ou negros.

Por outro lado, os recursos da instituição sofreram queda depois da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de considerar inconstitucional a Contribuição ao Fundo de Bolsas (CFB) que era vinculada à matrícula. Porém, o MEC criou o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) cujos recursos têm ajudando a FUMP a manter os programas de assistência destinados aos estudantes de baixa condição socioeconômica.

No segundo semestre de 2008, a FUMP lançou a Campanha de Contribuição Voluntária ao Fundo de Bolsas voltada para toda a comunidade acadêmica. Os recursos arrecadados com a campanha, somados à verba do PNAES, vêm contribuindo para a manutenção dos programas de assistência oferecidos pela FUMP.

Os estudantes assistidos devem renovar a análise socioeconômica por um período de no máximo dois anos. A política de assistência estudantil adotada, atualmente, envolve o preenchimento obrigatório de um questionário de análise socioeconômica pelos discentes. Aqueles estudantes que, no conjunto dos indicadores

sociais, econômicos e culturais de seu contexto familiar, não conseguem manter suas necessidades básicas e complementares na Universidade podem ser classificados em três níveis: Nível I: estudantes que apresentam grande dificuldade para se manter na Universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar).; Nível II: estudantes que apresentam nível de dificuldade intermediária para se manter na Universidade (alimentação, moradia, transporte e material escolar).; Nível III: estudantes que apresentam baixo grau de dificuldade para se manter na Universidade.

Os programas de assistência estudantil adotados pela FUMP são divididos em programas básicos: alimentação, moradia universitária, assistência à saúde e bolsas de auxílio financeiro; e programas complementares: bolsas estágio, bolsa de acesso a material acadêmico e bolsa permanência.

O programa de alimentação tem como objetivo propiciar refeições de qualidade nos Restaurantes Universitário (RU), com cardápio variado e balanceado, contribuindo para o bom desempenho acadêmico dos estudantes da UFMG. Os estudantes assistidos no nível I têm gratuidade no café da manhã, almoço e jantar. Os alunos assistidos nos níveis II e III têm gratuidade no café da manhã, além de almoço e jantar a preço subsidiado. Já os assistidos no nível IV (específico para acesso aos RU) têm almoço e jantar a preço subsidiado. Os RU são refeitórios destinados ao uso da comunidade acadêmica da UFMG e trabalham com o sistema bandeirão. Os usuários (estudantes assistidos pela FUMP, demais alunos da UFMG, professores, servidores técnicos e administrativos em educação e menores da Cruz Vermelha) dos RU devem apresentar a carteira única da UFMG e um documento oficial de identificação com foto (carteira de identidade, carteira nacional de habilitação, passaporte, carteira de trabalho e carteira de ordens profissionais). Veteranos que ainda não possuem a carteira única, podem apresentar a carteirinha do Sistema de Bibliotecas da UFMG e um documento oficial de identificação com foto. Ambas as carteirinhas contêm um código de barras que permite a identificação automática do preço da refeição do usuário, de acordo com sua categoria.

O Programa Permanente de Moradia Universitária oferece habitação para estudantes não residentes em Belo Horizonte e Montes Claros, proporcionando sua inserção na comunidade acadêmica. O Programa visa, também, facilitar o intercâmbio de professores, funcionários e visitantes da UFMG com outras instituições e outros povos, contribuindo para o cumprimento dos objetivos institucionais do ensino, da pesquisa e da extensão. Os usuários coparticipam nos custos de manutenção da Moradia Universitária de acordo com a respectiva classificação socioeconômica, sendo que os classificados no nível I têm gratuidade, cujos valores são revistos e aprovados pelo Conselho Diretor da Moradia Universitária. Podem acessar as vagas no programa todos os estudantes de graduação da UFMG regularmente matriculados, frequentes na UFMG e que não residem em Belo Horizonte e Montes Claros. Os candidatos que forem classificados socioeconomicamente pela FUMP nos níveis I, II e III devem preencher o formulário destinado aos estudantes assistidos pela Fundação e

agendar com assistente social de acompanhamento na sede da FUMP ou na Unidade Montes Claros. Os critérios de ocupação são definidos conforme os artigos 2º e 3º do Regimento Interno do Programa Permanente de Moradia Universitária. O Termo de Ocupação da Moradia Universitária deve ser renovado semestralmente, através de solicitação feita pelo estudante morador à administração da mesma. Após a aceitação do pedido é realizada a assinatura do novo termo de ocupação.

O Programa Saúde do Estudante (PSE) foi desenvolvido pela FUMP com o objetivo de estimular os estudantes assistidos pela Fundação a ampliarem a autonomia e a capacidade do cuidado à saúde. O PSE também busca promover o intercâmbio de experiências e estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas que visem o aperfeiçoamento e a disseminação de tecnologias e conhecimentos voltados à atenção primária à saúde e viabilizar parcerias com a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) que compõe a Secretaria Municipal de Saúde para fortalecimento da atenção à saúde aos estudantes. Em Belo Horizonte, o Programa compreende o atendimento médico, odontológico e psicológico aos estudantes assistidos.

A FUMP disponibiliza para os estudantes assistidos diversos tipos de Programas Bolsa Auxílio Financeiro. Para ter acesso aos programas o estudante deve estar regularmente matriculado e frequente, dentro do tempo projetado pelo colegiado para a integralização dos créditos do curso. Os benefícios são voltados para alunos que estejam cursando a sua primeira graduação de curso presencial da UFMG. A concessão dos benefícios e a sua renovação serão efetuadas após análise técnica do assistente social de referência do curso do estudante, tendo como parâmetro o desempenho acadêmico, a situação de vulnerabilidade social e risco de evasão acadêmica.

O Auxílio Transporte é um benefício no valor de R\$ 165,00 mensais que proporciona auxílio financeiro para as despesas com deslocamento para a UFMG no decorrer do curso. É destinado a estudantes classificados socioeconomicamente pela FUMP nos níveis I, II e III que residem em Belo Horizonte ou Região Metropolitana da capital e em Montes Claros.

A Bolsa de Manutenção Baeta Vianna é um apoio financeiro mensal, no valor integral de R\$ 400,00, e parcial de R\$ 240,00, destinado aos estudantes classificados em nível I pela FUMP, em sua primeira graduação, que apresentarem situação de vulnerabilidade social e risco de evasão acadêmica. Para ter acesso a esta bolsa o aluno não pode estar inserido em atividades acadêmicas remuneradas ou recebendo outras modalidades de bolsas de assistência estudantil de outras fontes de fomento.

O Auxílio Moradia é um benefício no valor de R\$ 500,00 mensais destinado aos estudantes de graduação inscritos no Programa Permanente de Moradia Universitária e classificados nos níveis I, II e III. O objetivo é auxiliar na manutenção de despesas com moradia, pagamento de uma república ou pensão, enquanto aguardam a seleção de vagas do Programa.

O Auxílio à Educação Pré-escolar é um benefício no valor de R\$ 200,00, destinado a estudantes de graduação classificados nos níveis I, II e III que necessitam de apoio

financeiro para garantir o cuidado educacional do(s) filho(s) com idade de 0 a 5 anos e 11 meses enquanto frequentam as atividades acadêmicas.

A Bolsa de Apoio Acadêmico Mendes Pimentel é um benefício não reembolsável no valor de R\$ 180,00 (parcial) e de R\$ 300,00 (integral), destinado a estudantes de graduação classificados nos níveis II ou III, para custeio de despesas acadêmicas.

A Bolsa Apadrinhamento é destinada aos estudantes de primeira graduação, classificados socioeconomicamente pela FUMP no nível I, que apresentam bom desempenho acadêmico. A bolsa mensal tem o valor de R\$ 400,00. Com o acesso cada vez maior de estudantes de baixa condição socioeconômica nas universidades públicas, são necessários maiores investimentos em programas que contribuam para a permanência desses estudantes da UFMG até a conclusão do curso. Por esse motivo a FUMP conta com o apoio de professores, ex-alunos da UFMG, pessoas físicas e jurídicas que contribuem financeiramente para a concessão da Bolsa Apadrinhamento a esses estudantes.

A Bolsa de Formação Profissional Complementar é uma bolsa de estágio oferecida pela Pró-Reitoria de Recursos Humanos e Hospital das Clínicas da UFMG, operacionalizada pela FUMP. A Fundação é interveniente no processo de colocação dos estudantes de graduação de cursos presenciais da UFMG, classificados socioeconomicamente pela FUMP para desenvolverem estágio em diversos departamentos e unidades da Universidade. O valor mensal da bolsa é R\$ 550,00 para carga horária de 20 horas semanais. O valor do auxílio locomoção é de R\$ 132,00 mensais.

O programa Bolsa de Acesso a Material Acadêmico oferece aos estudantes a oportunidade de adquirir material acadêmico básico, por meio de bolsa, facilitando a realização das atividades acadêmicas necessárias à sua formação. O benefício será concedido aos estudantes por meio de bolsa única com valores escalonados de acordo com o nível FUMP. Os estudantes do curso de Odontologia, contemplados pelo Programa, que estejam cursando regularmente o 3º período, classificados socioeconomicamente pela FUMP nos níveis I, II e III, recebem bolsa de R\$ 1.000,00 (mil reais).

O Programa de Bolsa Permanência do Ministério da Educação (MEC) é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Estudantes do curso de graduação em Medicina, indígenas e quilombolas da UFMG que atenderem aos critérios da Bolsa, podem concorrer ao benefício. A bolsa de R\$ 400 será concedida a alunos que tenham renda per capita familiar mensal de até 1,5 salário mínimo e que atendam aos outros critérios do Programa. Para indígenas matriculados em cursos de graduação, a bolsa será de R\$ 900, com a exigência de que os estudantes residam nas aldeias, independentemente da carga horária. Embora o Programa de Bolsa Permanência seja aberto a estudantes de todos os cursos de graduação, na UFMG a exigência de carga horária diária média

igual ou superior a cinco horas restringe a possibilidade de adesão aos alunos de Medicina, além dos indígenas e quilombolas, que, independente da carga horária dos cursos nos quais estão matriculados, poderão receber o recurso. O cálculo da carga horária diária é feito a partir da divisão da carga horária total do curso pelo número de dias letivos.

2 | OBJETIVOS

2.1 Geral

Caracterizar o perfil socioeconômico e acadêmico dos estudantes do curso de Odontologia

2.2 Específicos

Conhecer, verificar efetividade e se necessário, buscar novas propostas de assistência estudantil para os alunos de baixa renda do curso de Odontologia;

Perceber se houve impacto da democratização do acesso à universidade no perfil dos estudantes do curso de Odontologia.

3 | METODOLOGIA

3.1 Desenho do estudo

Foi realizado um estudo transversal descritivo.

3.2 População de referência

A amostra utilizada foi de conveniência. Todos os estudantes do curso de graduação de Odontologia da UFMG do 1º período ao 10º período foram convidados a participar da pesquisa.

3.3 Variáveis estudadas

Foram investigadas variáveis demográficas.

3.4 Perfil do estudante

Sexo, idade, raça, situação civil.

3.5 Trajetória acadêmica

Onde o estudante cursou o ensino médio, ano de ingresso no curso, forma de ingresso no curso, ano de formatura, atraso no percurso.

3.6 Perfil familiar

3.7 Assistência estudantil

3.8 Análise estatística

A construção do banco de dados e a análise descritiva de todas as variáveis do estudo foram realizadas no *software Statistical Package of Social Sciences (SPSS)*, versão 19, com validação do banco por revisão de um segundo pesquisador de 10 em 10 linhas.

3.9 Aspectos Éticos

De acordo com a Resolução 466 do Conselho Nacional de Saúde, de 12 de dezembro 2012, este estudo e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram submetidos à aprovação pelo COEP/UFMG (aprovados em 22/06/2017, parecer número 2.131.537).

No momento da aplicação do questionário o pesquisador ofereceu informações sobre os objetivos da pesquisa e os benefícios resultantes da sua realização. Após esclarecimentos foram distribuídos o questionário e o TCLE. Foi solicitada à turma a leitura atenta do TCLE e após esclarecimentos os questionários foram respondidos e imediatamente devolvidos ao pesquisador. O recebimento dos questionários e dos TCLE foi feito de forma a permitir a identificação dos estudantes, visando uma segunda etapa da pesquisa, onde serão realizadas entrevistas. No entanto, o anonimato no banco de dados foi assegurado.

3.10 Instrumento para coleta de dados

Um questionário estruturado com 27 perguntas foi utilizado para coleta de dados. A elaboração desse questionário baseou-se no questionário socioeconômico aplicado pela Fundação Mendes Pimentel e pelo ENADE, 2016. Este questionário foi aplicado por apenas um pesquisador.

a) Identificação no Colegiado de Graduação da relação nominal de estudantes de Odontologia matriculados do 1º ao 10º período em 2018 totalizando 656 alunos;

b) Revisão da literatura sobre a política de assistência estudantil destinada a eles;

c) Desenvolvimento de um estudo piloto após elaboração de um questionário no segundo semestre de 2017, onde aplicou-se a primeira versão do questionário numa amostra de 167 alunos do terceiro (48 alunos), quinto (43 alunos), sexto (36 alunos) e décimo (40 alunos) períodos durante o mês de agosto. Os dados foram tabulados por dois pesquisadores e analisados por meio do *software Statistical Package of Social Sciences (SPSS)*, versão 19. Foi feita uma análise dos problemas encontrados durante a aplicação e na análise dos dados obtidos no SPSS e o questionário foi reformulado;

d) Realizou-se a reelaboração do questionário e a sua aplicação foi realizada em um segundo estudo piloto no mês de dezembro de 2017 em uma amostra de 38 alunos da turma do décimo período. A partir da sua análise percebeu-se que o número de alunos que cometiam erros ao responder o questionário era pequeno, três em 38, e decidiu-se contatar esses alunos para obter clareza nas respostas e verificar o que levou o aluno a não responder ou responder inconsistentemente as questões;

e) Após essa nova análise, foi elaborada a versão final do questionário e organizado cronograma de aplicação baseado na grade de horários da FAOUFGM;

f) Aplicação definitiva do questionário, obtivemos uma amostra de 472 alunos assim distribuídos por períodos: primeiro (63 alunos), segundo (64 alunos), terceiro (47), quarto (43), quinto (30 alunos), sexto (41 alunos), sétimo (44 alunos), oitavo (55 alunos), nono (31 alunos) e décimo (54 alunos) períodos, realizada no período de 22/02/2018 a 07/05/2018;

g) Os dados foram tabulados por dois pesquisadores e analisados por meio do *software Statistical Package of Social Sciences (SPSS)*, versão 19.

4 | RESULTADOS

Convidamos a participar do nosso estudo todos os alunos de graduação matriculados no curso de odontologia da UFMG no primeiro semestre de 2018, um universo de 656 alunos. A participação foi voluntária e todas as informações pertinentes a participação do aluno no estudo foram descritas no TCLE (em anexo), este entregue juntamente ao questionário em duas cópias. Obtivemos uma taxa de resposta de 72%, o que corresponde a 472 alunos voluntários.

Quanto ao sexo, 112 alunos são do sexo masculino e 352 do sexo feminino (GRÁFICO 1).

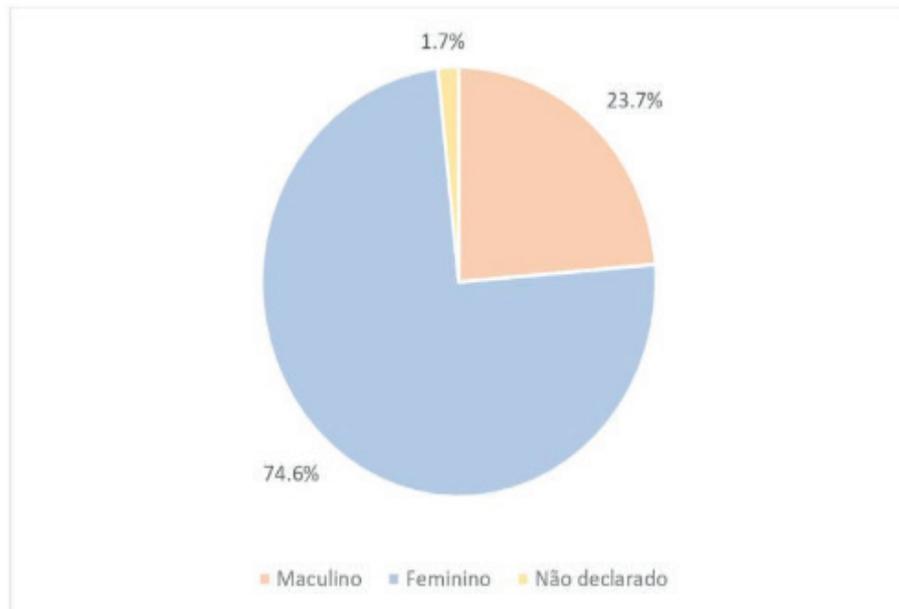


Gráfico 1 Porcentagem de alunos em relação ao sexo

Em relação à idade dos alunos, em sua grande maioria variou entre 19 e 23 anos tendo como média relativa 21,8 anos com desvio padrão amostral de 2,9 anos (TABELA 1).

Tabela 1 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da Faculdade de Odontologia da UFMG (FAOUFMG) por diferentes grupos de faixas etárias. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Idade	n	%
17 a 18	24	5,1
Idade	n	%
19 a 23	362	76,7
24 a 27	61	14,8
28 a 46	16	2,8
Sem Informações	3	0,6
Total	472	100

Em relação ao estado de origem a grande maioria, 94,5%, é de Minas Gerais. 4,9% vieram de outros estados brasileiros e uma pequena parcela, 0,4%, são estrangeiros (TABELA 2). Já em relação a naturalidade, 51,3% são naturais de Belo Horizonte (BH), 4,9% da região metropolitana de BH, 37,7% são do interior de Minas Gerais, 4,9% são de outros estados e 0,8% são de outros países (TABELA 3).

Tabela 2 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFGM por origem estadual. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Estado	n	%
Minas Gerais	446	94,5
Outros estados	23	4,9
Estrangeiros	2	0,4
Sem informações	1	0,2
Total	472	100

Tabela 3 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFGM por naturalidade. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Naturalidade	n	%
Belo Horizonte	242	51,3
Grande BH	23	4,9
Interior de MG	178	37,7
Outros Estados	23	4,9
Exterior	2	0,4
Sem inf.	4	0,8
TOTAL	472	100

No tocante a raça 55,1% se autodeclararam brancos, 4,4% negros, 37,3% pardos ou mulatos e 3,2% não se declararam (GRÁFICO 2).

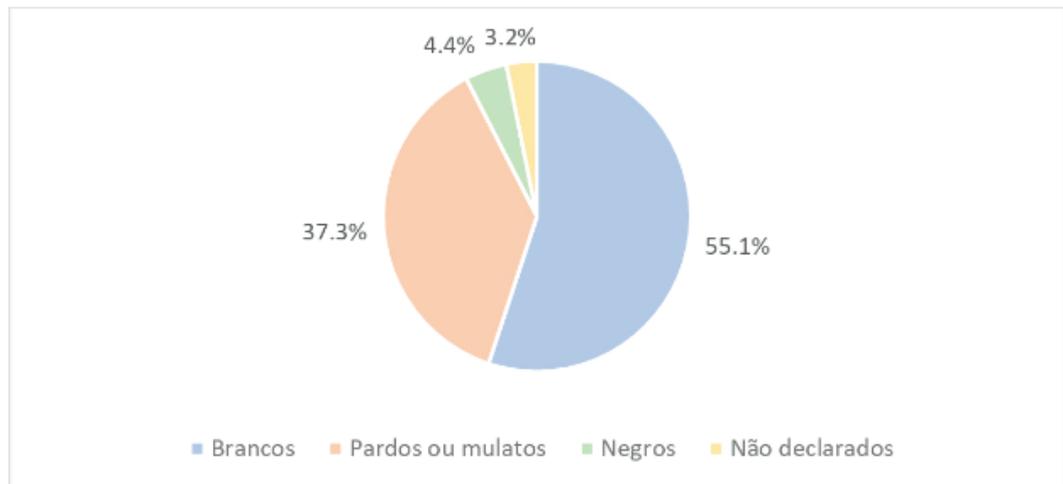


Gráfico 2 Porcentagem de alunos em relação a raça/cor

Em relação ao estado civil dos pesquisados 98,3%, se declararam solteiros, 1,3% casados ou em união estável e 0,4% viúvos (GRÁFICO 3). A grande maioria, 97,7%, declaram não ter filhos enquanto 1,3% declaram ter.

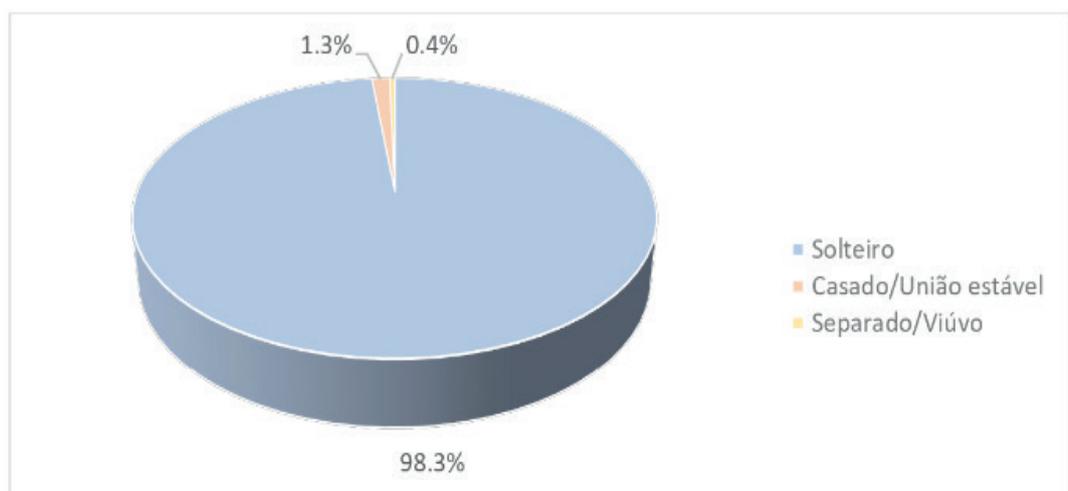


Gráfico 3 Porcentagem de alunos em relação a estado civil

Dos pesquisados, 86,4% não trabalham, 9,8% trabalham eventualmente, 2,3% trabalham até 20 horas semanais, 0,9% trabalham mais de 20 e menos de 40 horas semanais e apenas 0,6% trabalham integralmente (TABELA 4).

Tabela 4: Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFGM por jornada de trabalho. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Trabalho atual	n	%
Não trabalha	408	86,4
Eventualmente	46	9,8
Trabalho atual	n	%
Até 20 horas sem.	11	2,3
Mais de 20 e menos de 40 horas sem.	4	0,9
Integralmente	3	0,6
TOTAL	472	100

Em relação ao ensino médio, 41,1% dos estudantes cursaram o ensino médio apenas em escola pública, 42,2% em escola privada, 8,6% foram bolsistas em escola privada. Dos pesquisados 1,7% estudaram a maior parte em escola pública, enquanto 6,4% estudaram a maior parte em escola privada, destes 2,1% com bolsa de estudo (TABELA 5).

Tabela 5 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFGM por formação no ensino médio. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Ensino médio	n	Percentual (%)
Pública	194	41,1
Privada	199	42,2
Bolsista em privada	41	8,6
Maioria em escola pública	8	1,7
Maioria em escola privada	20	4,3
Maioria bolsista em privada	10	2,1
TOTAL	472	100

No tocante a forma de ingresso na faculdade a maioria, 61,7% ingressou na universidade por ampla concorrência. 35,8% ingressou por cotas, 0,8% por bônus sociorracial e 1,7% outras formas de ingresso (GRÁFICO 4).

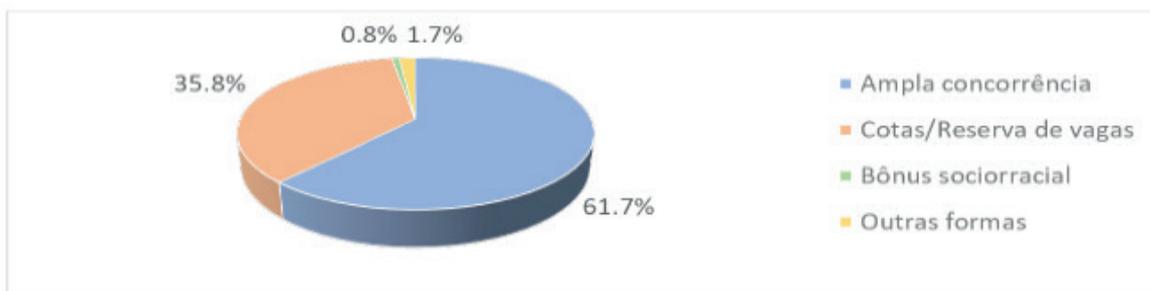


Gráfico 4 Porcentagem dos alunos em relação a forma de ingresso na faculdade

Em relação à trajetória acadêmica dos pesquisados, 10% já ultrapassaram o prazo mínimo de integralização (10 períodos), enquanto 88,5% se mantêm dentro do prazo mínimo. O prazo máximo para integralização é de 16 períodos (TABELA 6). 80,3% dos alunos da FOUFGM encontram-se regulares enquanto 17,2% estão irregulares no percurso variando de 1 a 5 semestres de atraso (TABELA 7). Dos alunos irregulares 10,6% se encontram nessa situação por reprovação durante o percurso, 3,2% devido a trancamento, 1,0% intercambio, 1,3% a problemas relacionados a saúde e 0,2% a adiamento de disciplina (TABELA 8).

Tabela 6 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFGM por prazo de integralização. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Prazo Mín. de Integralização	n	%
Dentro	439	88,5
Fora	26	10
Sem inf.	7	1,5
Total	472	100

Tabela 7 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFGM por atraso no percurso. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Percurso (10 períodos)	n	%
Regulares	379	80,3
Irregulares	81	17,2
Sem inf.	12	2,5

Tabela 8 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFGM por motivo de atraso no percurso. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Motivo de irregularidade	n	%
Reprovação	50	10,6
Trancamento	15	3,2
Intercambio	5	1,0
Saúde	6	1,3
Adiantamento de disciplina	1	0,2
Regulares	354	75,0
Sem inf.	41	8,7
Total	472	100

A maioria dos pesquisados residem com o núcleo familiar (62,7%). 23,9% residem em república, 8,7% moram sozinhos, 3,4% residem na moradia universitária da UFMG e 1,1% mora em pensão (TABELA 9).

Tabela 9 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFGM por moradia. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Reside	n	%
Família	296	62,7
Sozinho	41	8,7
República	113	23,9
Pensão	5	1,1
Moradia da UFMG	16	3,4
Sem inf.	1	0,2
Total	472	100

A maioria dos entrevistados vivem em um núcleo familiar de 3 a 4 membros (66,3%), seguidos pelos núcleos de 5, 2 e 6 membros, respectivamente, 16,1%, 10,4% e 3,6%. 1,2% vivem em núcleos com 7 ou mais membros e 1,7% vivem sozinhos

(TABELA 10).

Tabela 10 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFMG por tamanho do núcleo familiar. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Núcleo familiar (membros)	n	%
3 a 4	313	66,3
5	76	16,1
6	17	3,6
2	49	10,4
7 ou mais	6	1,3
1	8	1,7
Sem inf.	3	0,6
Total	472	100

A maioria dos pais possuem ensino superior completo (42,6%) ou ensino médio completo (27,5%). A maioria das mães possuem superior completo (51,3%) ou ensino médio completo (29,2%) (GRÁFICO 5).

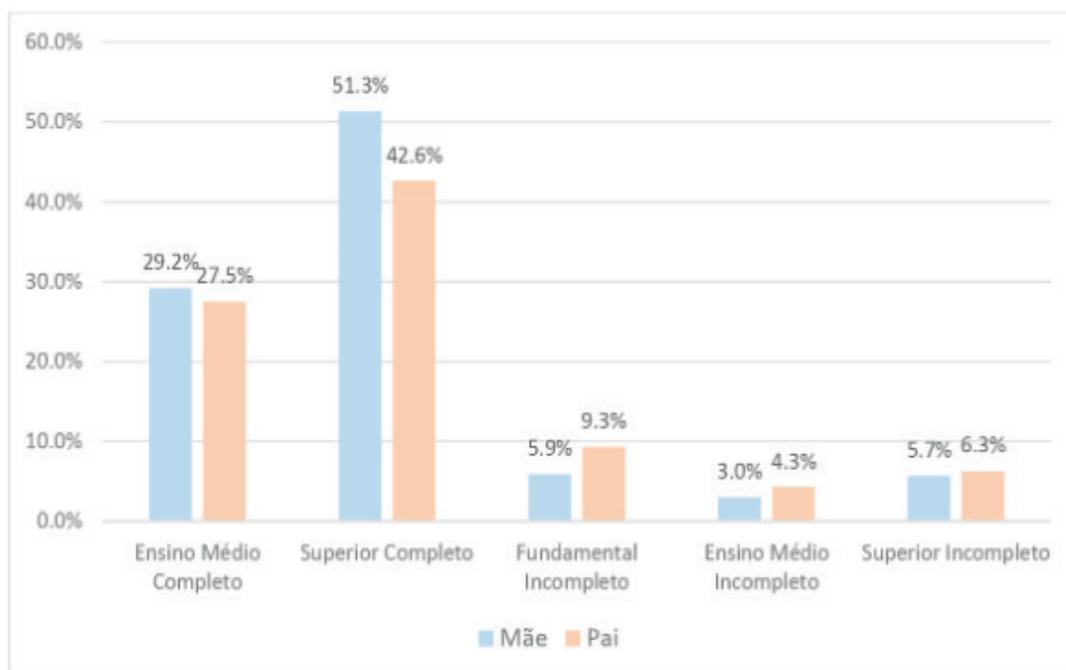


Gráfico 5 Escolaridade dos pais

Em relação a renda familiar, 21,6% dos alunos tem renda bruta familiar de até 3 salários mínimos. A grande maioria, 41,5% tem mais de 3 até 10 salários, 21,6% tem renda de mais de 10 salários e apenas 3,4% apresenta renda de mais de 30 salários (GRÁFICO 6).

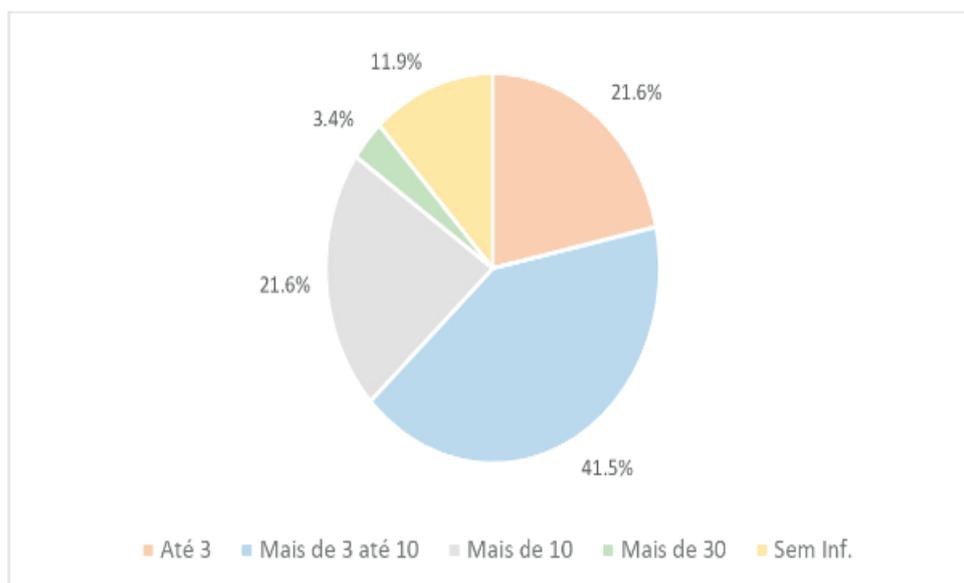


Gráfico 6 Porcentagem de alunos de acordo com a sua renda familiar

A maioria dos alunos não tem o benefício federal do bolsa família (89,8%), enquanto apenas 10% usufruem desse benefício (GRÁFICO 7).

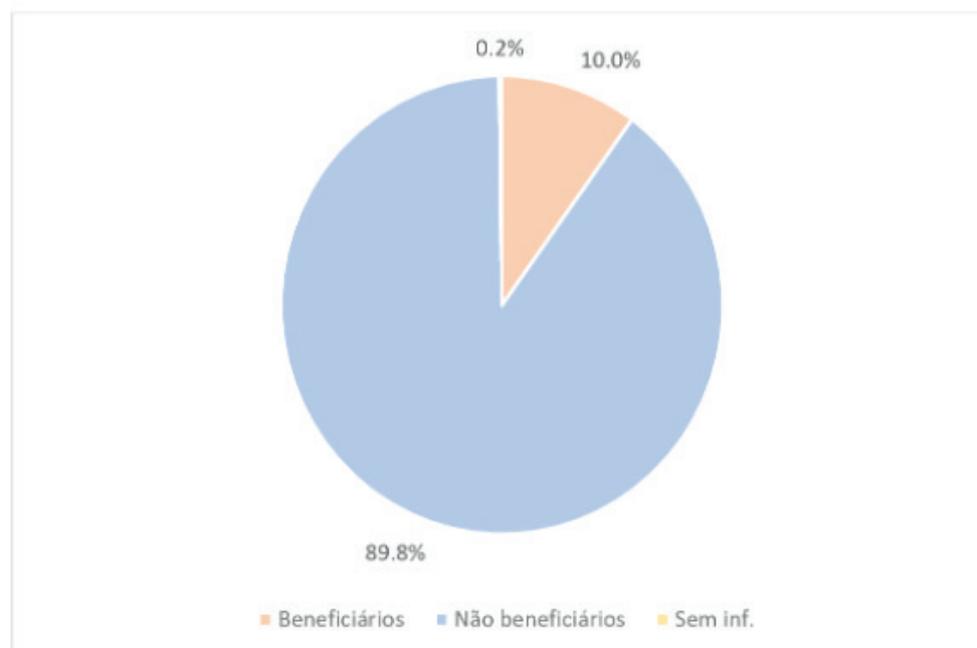


Gráfico 7 Porcentagem dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família

Da amostra pesquisada, 76,7% declaram não receber bolsas dos tipos extensão,

pesquisa ou ensino. Apenas 22,2% recebem esses tipos de bolsas (TABELA 11). 8,9%, 3,6% e 12,5% receberam bolsas de extensão, monitoria/ensino e pesquisa, respectivamente (GRÁFICO 8). A maior parte dos estudantes não receberam bolsas destes tipos, 76,7%.

Tabela 11 Distribuição absoluta e relativa dos alunos da FAOUFMG por recebimento de bolsas. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Bolsa	n	Percentual (%)
Não	362	76,7
Sim	105	22,2
Sem inf.	5	1,1
Total	472	100

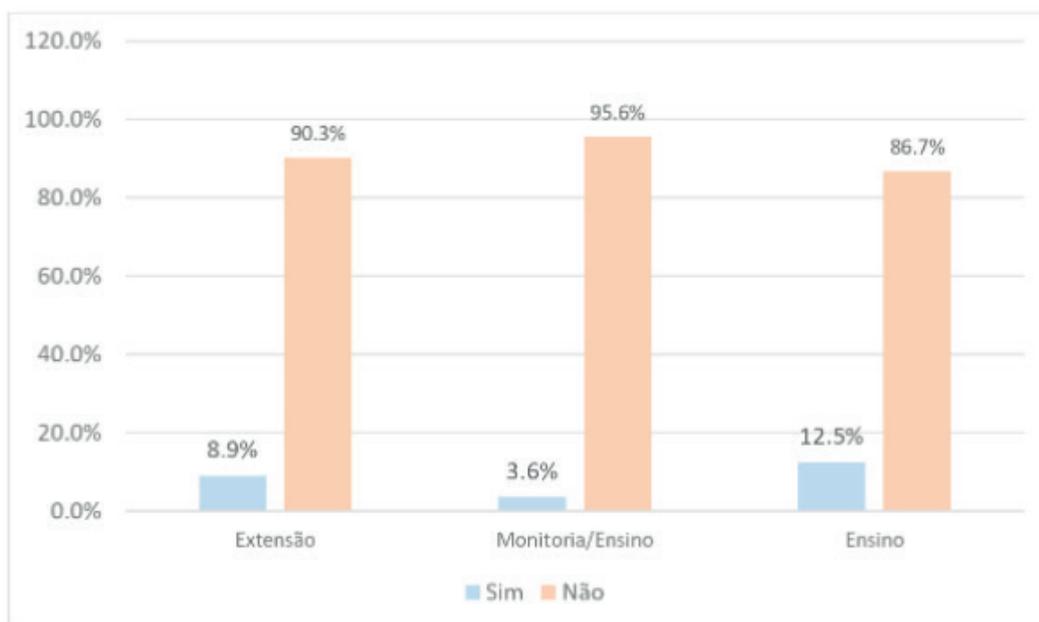


Gráfico 8 Bolsas de extensão, monitoria e ensino

Quanto a classificação da FUMP, 14,8% são nível I, 4,0% nível II e 7% nível II. 72,7% dos estudantes não fazem parte dos beneficiados (GRÁFICO 9). Os tipos de benefícios recebidos pelos assistidos estão na TABELA 12.

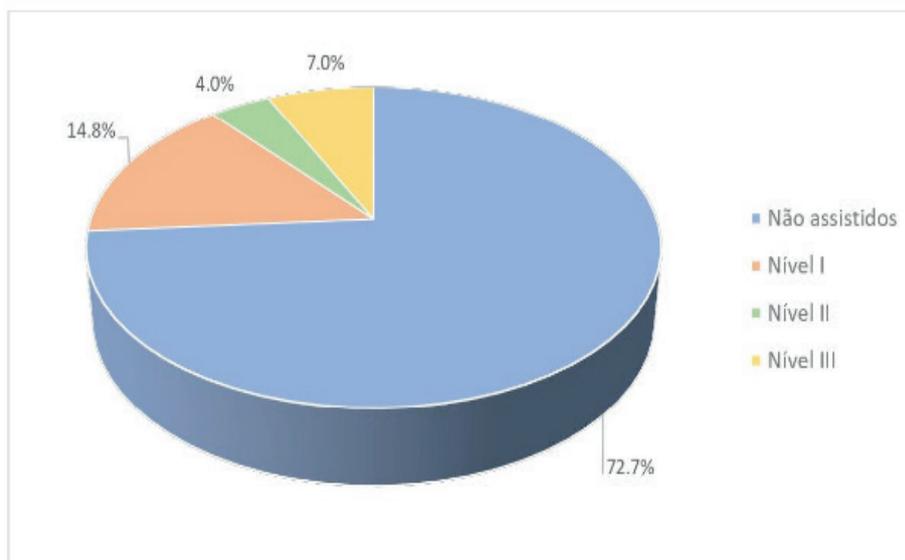


Gráfico 9 Porcentagem dos alunos em relação assistência da FUMP

Tipos de auxílios disponíveis	%		
	Sim	Não	Total
Moradia	31,1	68,9	100
Saúde	12,3	87,7	100
Alimentação	68,0	32,0	100
Transporte	44,3	55,7	100
Bolsa Baeta Viana	32,8	67,2	100
Pré-escola	0,8	99,2	100
Apoio Mendes Pimentel	18,9	81,1	100
Bolsa Manutenção Bernardo Álvares	1,6	98,4	100
Bolsa Acesso à Informação Digital	1,6	98,4	100
Bolsa Acesso ao Material Acadêmico	62,3	37,7	100
Bolsa Acesso ao Livro	0,8	99,2	100
Bolsa Permanência	2,5	97,5	100
Bolsa Apadrinhamento	4,1	95,9	100

Tabela 12 Distribuição relativa dos alunos da FAOUFGM por recebimento de bolsas da FUMP. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

Dos alunos assistidos pela FUMP, 89,3% acreditam que as bolsas e auxílios recebidos não são suficientes para suprir todas as necessidades e despesas relativas ao curso de odontologia, já 8,2%, acreditam que são suficientes, 2,5% deixaram em branco (GRÁFICO 10).



Gráfico 10 Porcentagem dos alunos em relação a suficiência dos benefícios disponíveis

Da amostra pesquisado, 35,0% já procurou outros meios de manutenção durante o curso enquanto 58,3% não procurou (GRÁFICO 11).

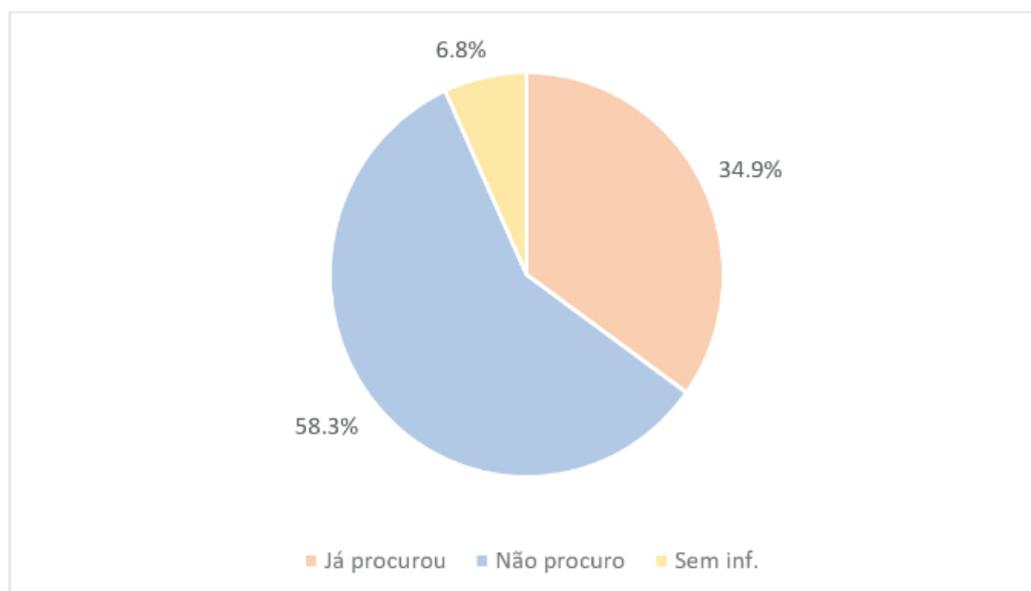


Gráfico 11 Porcentagem dos alunos em relação a procura de meios alternativos para a sua manutenção

Ao longo dos anos (2012-2017) podemos ver o decréscimo no número de brancos e o aumento do número de pardos/mulatos e negros (GRÁFICO 12).

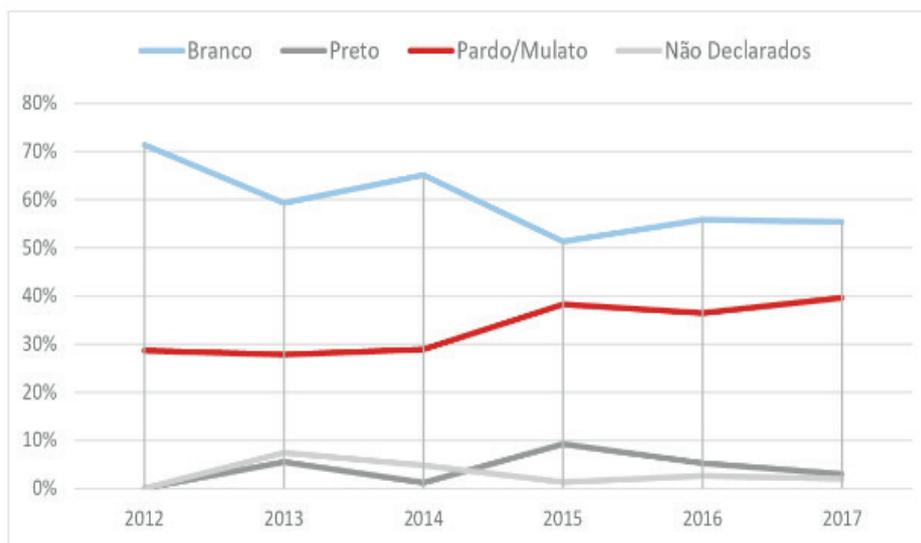


Gráfico 12 Variação de raça/cor ao longo dos anos 2012-2017

Conseguimos visualizar o aumento no número de alunos que cursaram integralmente o ensino médio em escola pública e uma redução no número de alunos que cursaram integralmente em privada ou que tiveram uma formação mista (parte em privada, parte em pública) ou como bolsista em privada (GRÁFICO 13).

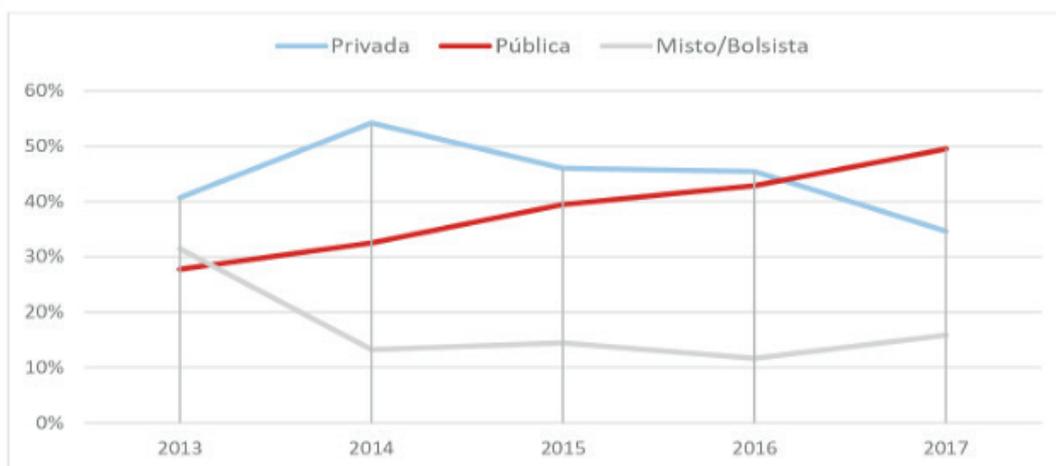


Gráfico 13 Origem no ensino médio ao longo dos anos

Podemos notar que a medida que a lei de cotas foi sendo executada gradualmente o número de alunos cotistas foi se igualando ao número de alunos que ingressaram por ampla concorrência (GRÁFICO 14).

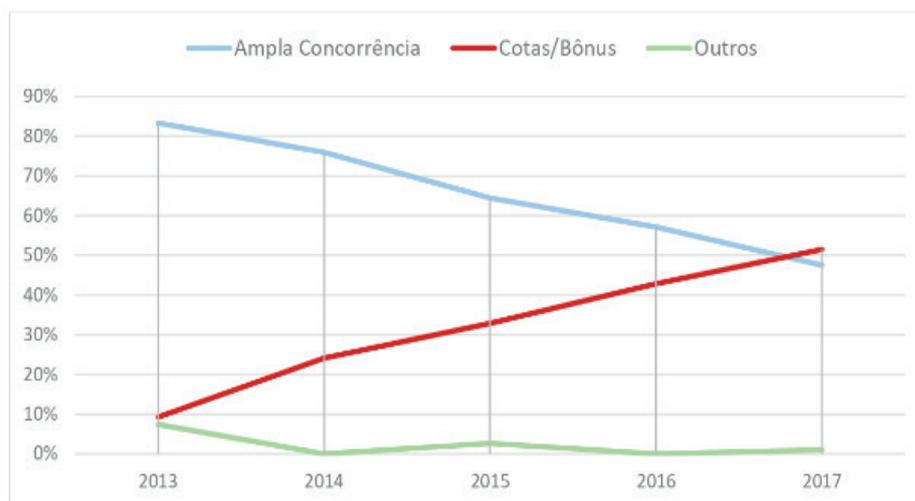


Gráfico 14 Forma de ingresso ao longo dos anos

Ao analisarmos os motivos de irregularidade no curso observamos que 64,94% ocorreu por reprovação, 19,47% por trancamento, 6,49% por fazer intercâmbio, 7,80% por problemas de saúde e 1,30% por adiantamento de disciplinas como pode ser observado na TABELA 13.

Tabela 13 Relação entre forma de ingresso e motivo de irregularidade. Belo Horizonte. Brasil. 2018.

MOTIVO	FORMA DE INGRESSO						
	AMPLA	BÔNUS	COTAS	OUTROS	INTERCAMBIO	CONVENIO	TOTAL
Reprovação	38,96	1,30	19,48	2,60	1,30	1,30	64,94
Trancamento	11,69	0	6,48	1,30	0	0	19,47
Intercambio	5,19	0	1,30	0	0	0	6,49
Saúde	3,90	0	3,90	0	0	0	7,80
Adiantamento	0	0	1,30	0	0	0	1,30
Total	59,74	1,30	32,46	3,90	1,30	1,30	100

Ao analisarmos a renda familiar dos alunos ao longo dos anos, vemos que não houve grandes alterações (GRÁFICO 15).

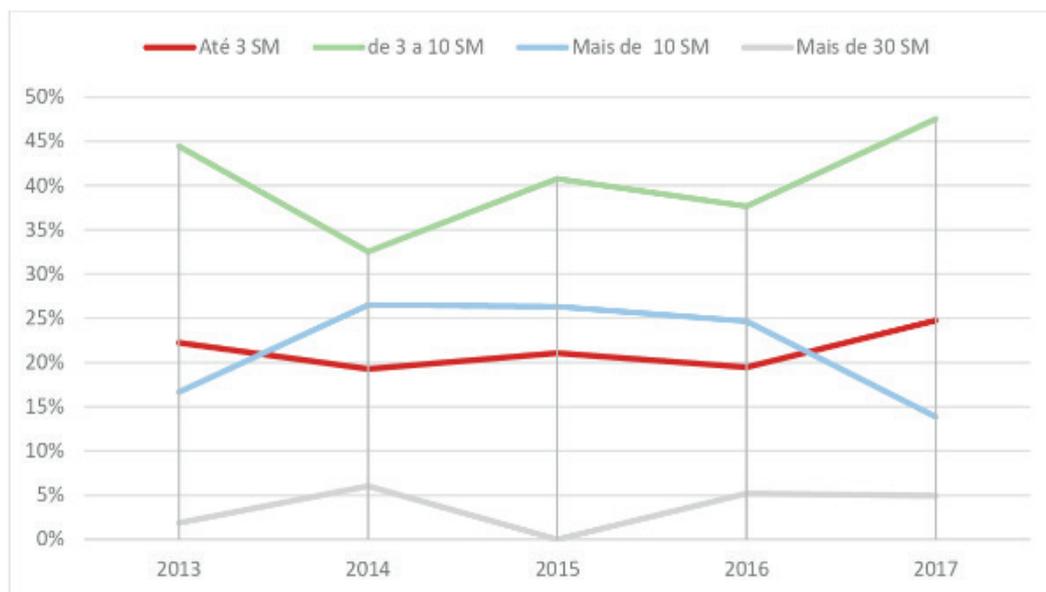


Gráfico 15 Renda familiar ao longo dos anos

5 | DISCUSSÃO

Conseguimos observar no nosso estudo a feminização da odontologia, fato que é também constatado nos estudos de Freitas *et al.* (1999). Junqueira *et al.* (2002), Finatti *et al.* (2007), Rezende *et al.* (2007), Leite *et al.* (2011), Silva *et al.* (2011), Oliveira *et al.* (2013), Latreille *et al.* (2015).

O aumento do número de mulheres no ensino superior caracteriza o processo de expansão do último degrau da pirâmide da educação em todo o mundo (SCHWARTZMAN, 1999). A expansão da escolaridade foi um fenômeno em maior intensidade no contingente populacional feminino. As mulheres conseguiram reverter um quadro de desigualdade e consolidar uma nova realidade, maior escolarização que os homens da população brasileira (GUEDES, 2004; RABELLO; GODOY; PADILHA, 2000).

As transformações nos padrões culturais e nos valores do papel social da mulher, intensificadas pelas consequências dos movimentos feministas a partir dos anos setenta e pela presença progressivamente atuação das mulheres nos espaços públicos, alteraram a identidade feminina. Assim, as mulheres voltam-se, cada vez mais, para o trabalho produtivo (BRUSCHINI, 2000). Na sociedade brasileira, tem ocorrido um aumento da inserção das mulheres em profissões tradicionalmente masculinas e que usufruem de elevado prestígio, como é o caso da medicina (SILVA, 2000). A odontologia, historicamente, tem sido caracterizada como uma profissão tipicamente masculina. No entanto, atualmente, tem-se discutido que ela passa por um processo crescente de feminização (ARBENZ *et al.*, 1973; BOTTI; SANTOS, 1986; FREIRE *et al.*, 1995; FREITAS; NAKAYAMA, 1995; CARVALHO *et al.*, 1997; COSTA *et al.*, 1999; JUNQUEIRA *et al.*, 2002; MOYSÉS, 2004). Esse termo se refere, normalmente, a um

franco crescimento da população feminina em algumas profissões que historicamente eram desempenhadas pelos homens, como exemplo medicina e odontologia (COSTA; DURÃES; ABREU; 2010). O incremento no número de mulheres na odontologia é observado, também, nos Estados Unidos e Europa (MOIMAZ; SALIBA; BLANCO, 2003).

Um dado importante que conseguimos obter foi que a maior parte dos estudantes tem idade entre 19 e 23 anos, o que revela o caráter de alta demanda do curso de odontologia, os alunos concluem o ensino médio e já buscam ingressar no curso. A média de idade foi de $21,8 \pm 2,9$ anos, o que também foi encontrado semelhante nos estudos de Leite et al. (2011), Silva *et al.* (2011), Oliveira *et al.* (2013).

Ao analisarmos os alunos em relação à sua raça/cor ao longo dos anos (GRÁFICO 12), podemos perceber o crescimento do número de negros e pardos ou mulatos e o decréscimo no número de brancos. Um fato de suma importância tendo em vista o advento das políticas de democratização do ensino que, a partir da Lei 12.711/2012, também conhecida como lei de cotas, se tornaram ainda mais efetivas na busca pela redução das desigualdades encontradas dentro das instituições federais de ensino superior.

Podemos ver essa situação também no estudo de Silva et al. (2011), onde 53,84% dos alunos da UFMA se declararam pretos ou pardos, onde o autor destaca o aumento do número de alunos afrodescendentes no curso de odontologia.

Já no estudo de Latreille *et al.* (2013) podemos ver uma situação bem diferente, apesar da UFSC ter aderido às ações afirmativas no início de 2008, onde já se implementou a reserva de 10% das vagas para candidatos autodeclarados negros e que cursaram integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas, os autodeclarados negros correspondem a somente 2,4% do total de alunos no curso de odontologia.

Sabe-se que a implementação de cotas raciais e do SISU, nas universidades, alterou o quadro de composição social e racial dessas instituições. Entretanto, seria importante recorrer a pesquisas de perfil de discentes das IFES para, primeiramente, atestar a mudança apontada e, em seguida, detalhar a natureza desta mudança. Para tanto, seria relevante analisar as pesquisas de perfil discente realizadas pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE), órgão assessor da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); nos anos de 1996, 2003, 2010 e 2014 (FONAPRACE/ANDIFES, 2016).

A IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, realizada em 2014/2015, evidenciou, de forma fundamentada, mudanças importantes no perfil discente em razão do movimento de democratização da educação superior. Demonstrou-se, no que diz respeito ao perfil socioeconômico dos graduandos, que o ensino superior federal se tornou mais acessível, popular e inclusivo. Todavia, gestores (as) públicos (as) têm diante de si a responsabilidade de fazer avançar este processo, superando os velhos níveis de desigualdade do

país, dando as condições para que discentes em situação de vulnerabilidade social e econômica possam gozar das mesmas oportunidades educacionais que seus colegas mais abastados, isto é, garantindo que a educação superior, tal como reza a Lei Federal 12.852/2013 (Estatuto da Juventude), seja um direito de todos (FONAPRACE/ANDIFES, 2016). Antes de tudo, as IFES são hoje mais negras. Em 2003, autodeclarados (as) brancos (as) somavam 59,4% da população dessas instituições, em 2010 esse índice caiu para 53,93% e em 2014/2015 reduziu para 45,67%. Na tendência oposta, autodeclarados (as) pretos (as) têm crescido em participação nas IFES na respectiva cronologia de 5,9%, para 8,72% e 9,82%. Pardos (as), na mesma trajetória, foram de 28,3% para 32,08 e em 2014/5 para 37,75%. Em outras palavras, 47,57% dos (as) estudantes das IFES são negros (as). Em valores absolutos, quase triplicamos sua participação, comprovando o sucesso das políticas de democratização do acesso e das cotas (FONAPRACE/ANDIFES, 2016).

Podemos ver na nossa pesquisa que 41,1% dos estudantes cursaram o ensino médio apenas em escola pública, o que também vem ao longo das políticas de inclusão e democratização do ensino, onde vemos o aumento desses alunos ao passar dos anos (GRÁFICO 13).

O impacto da política de reserva de vagas se torna ainda mais evidente ao obtermos que 35,8% ingressou no curso de odontologia da UFMG pelo sistema cotas, 0,8% por bônus sociorracial e 0,2% por convênio internacional (GRÁFICO 14). Ao analisarmos ao longo dos anos constatamos o caráter gradual da influência da lei de cotas da UFMG, onde a partir de 2012, se torna uma universidade com uma população de alunos mais diversa e heterogênea.

A maior parte dos alunos pesquisados se declararam solteiros em relação ao seu estado civil, o que também foi encontrado nos estudos de Junqueira et al. (2002), Finatti et al. (2007), Silva et al. (2011), Oliveira et al. (2013), Latreille et al. (2015).

A grande maioria dos estudantes não trabalha, (86,4%) o que pode ser explicado pelo curso de odontologia ser em horário integral, o que dificulta muito para conseguir se manter em um emprego fixo e estudar ao mesmo tempo. Vemos também que boa parte dos alunos (9,8%) trabalham eventualmente, o que pode indicar a necessidade de uma renda extra para se manter no curso de odontologia,

Dos alunos que se encontram irregulares na FOUFG, podemos ver que 59,74% destes ingressaram por ampla concorrência e 32,46% pelo sistema de cotas, o que demonstra que os alunos cotistas se encontram menos irregulares dos do que os alunos que entram por ampla concorrência (TABELA 13).

Os alunos da FO/UFMG moram em sua grande maioria com os pais, mas boa parte não, o que nos traz vários fatores que podem influenciar a sua permanência no curso devido ao alto custo de se viver fora da casa dos pais.

Outro fato interessante que constatamos é que a grande maioria dos pais tem ensino superior completo ou ensino médio completo, o que corrobora com Bourdieu (1992) e Winther e Golgher (2010) em relação a influência da educação dos pais na

carreira escolar do filho. Pais com maior capital intelectual tendem a incentivar os filhos a estudar.

Quando analisamos padrão de renda familiar dos estudantes ao longo dos anos (GRÁFICO 15) podemos ver que a grande maioria dos estudantes continuam situados em famílias com renda de três até 10 SM, o que demonstra que ainda há muito o que se avançar na inclusão de alunos socioeconomicamente desfavorecidos no curso de odontologia. Apesar disso podemos ver um aumento no número de famílias com renda de no máximo três salários mínimos em relação as com mais de 10 entre 2016 e 2017 o que pode indicar que em pesquisas futuras a democratização do acesso esteja mais efetiva na nossa faculdade.

A grande maioria dos estudantes de graduação da odontologia não recebem bolsas do tipo extensão, pesquisa ou ensino. Apenas 22,2% do total atuam como bolsistas nessas modalidades, o que é um número baixo, mas que está em concordância com os dados encontrados por Silva *et al* (2011). Já em Oliveira *et al* (2013), o autor relata que apenas 10% dos alunos da UESB recebem esses tipos de bolsa. Na UFMG a maioria dessas bolsas é ofertada a todos os alunos de graduação independentemente da sua condição socioeconômica, com exceção de algumas que são oferecidas especificamente para alunos assistidos pela FUMP.

A FUMP mantém assistidos na época da pesquisa, 25,8% dos alunos da odontologia, sendo 14,8% destes, nível I, o nível de maior necessidade socioeconômica. Por esses dados confirmamos mais uma vez a presença de alunos socioeconomicamente desfavorecidos dentro do curso de odontologia, resultando em alunos que além de precisar de auxílios básicos, vão precisar de auxílio financeiro diferenciado para poder arcar com as despesas obrigatórias relativas ao curso.

A FUMP oferta a bolsa Auxílio Material que já foi recebida por 62,7% dos alunos assistidos, o que diz que dos 122 alunos que são assistidos 76 receberam a bolsa auxílio material diferenciada especificamente para a odontologia que no terceiro período corresponde ao valor fixo de 1000 reais, pois consideram o fato da lista de materiais ser mais cara nesse período, e de 400 reais nos períodos subsequentes até o 6 período onde as listas se finalizam.

Dos alunos assistidos pela FUMP, 89,3% relatam que os auxílios recebidos não são suficientes para a sua manutenção no curso. Vemos aqui que apesar de obterem muitos auxílios provenientes da assistência estudantil ainda assim os alunos enfrentam dificuldades para se manter no curso. 72,1% destes já procuraram outros meios para a sua manutenção.

Podemos relacionar essa insuficiência dos auxílios ao valor das listas de materiais que são em média 6 mil reais no terceiro período e variam de 4 a 5 mil no quarto, quinto e de 2 a 3 mil no sexto período. O auxílio recebido no terceiro período corresponde a aproximadamente 1/6 do valor necessário para a aquisição dos materiais, isso tendo em vista que esse auxílio é diferenciado neste valor para a odontologia devido exatamente a necessidade dos materiais.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir a partir do estudo que os alunos de graduação do curso de odontologia da UFMG são em sua maioria do sexo feminino, com idade entre 18 e 23 anos, naturais de minas gerais, brasileiros, solteiros, com relativo equilíbrio entre a porcentagem de brancos e pardos/negros/mulatos, sem filhos, boa parte moram com o seu núcleo familiar, não trabalham, provenientes tanto de escola pública como de escola particular, ingresso tanto por ampla concorrência como por cotas, regulares no curso de odontologia.

Vemos o impacto das políticas de inclusão onde boa parte dos alunos provem de núcleos familiares com renda de no máximo 3 salários mínimos, beneficiários do programa bolsa família, provenientes de escola pública, ingresso na faculdade por cotas. Este impacto deve servir como impulso para o aprimoramento das políticas de assistência, tendo em vista o quanto necessitam de auxílio, principalmente em um curso como o de odontologia.

Percebemos que apesar da expansão, ampliação e democratização do acesso ocorridos nas IFES, os alunos socioeconomicamente desfavorecidos que ingressam no curso de odontologia necessitam de uma assistência estudantil diferenciada para conseguir subsidiar a sua manutenção e permanência na universidade tendo em vista que o curso de odontologia exige do aluno um alto investimento financeiro para que este possa executar as suas atividades acadêmicas obrigatórias.

É necessária a realização de estudos que possam acompanhar os alunos assistidos após a sua graduação, para entendermos melhor o quanto os programas de assistência estudantil influenciaram em sua trajetória acadêmica e onde estes alunos se inserem no mercado de trabalho, se há diferenças entre as dificuldades enfrentadas por estes quando comparados aos alunos não assistidos. Deve-se também definir o valor exato das listas de materiais que são solicitados aos alunos para que as políticas de assistência possam ser reformuladas e adequadas aos alunos da odontologia.

REFERÊNCIAS

ARBENZ, G.O.; ABRAMOWICZ, M.; ABRAMOWICZ M.; SILVA, M. Motivos conscientes na escolha da profissão odontológica. **Rev. Fac. Odontol. Univ. São Paulo**, vol.1, n. 11, 1973.

BOTTI, M.R.V.; SANTOS, G.M.C. Perspectiva do exercício profissional na odontologia. **RGO**. vol. 2, n. 34, p. 155-159, 1986.

BOURDIEU P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA MA, CATANI A. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Estabelece o Programa de Apoio Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010. Estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2010.

BRASIL. Lei nº 12.711 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 30 ago.

BRUSCHINI, C. Trabalho feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? In: Rocha M.I.B. **Trabalho e gênero**: mudanças, permanências e desafios. São Paulo, Editora 34, 2000. p. 13-58.

BUCHMANN C, HANNUM E. Education and stratification in developing countries: a review of theories and research. **Annual Review of Sociology**, v. 27, p.77-102, 2001.

CARVALHO, D.R.; PERRI DE CARVALHO, A.G.; SAMPAIO, H. Motivações e expectativas para o curso e para o exercício da Odontologia. **Rev. Assoc. Paul. Cir. Dent**, vol. 51, n. 4, p. 345-349, 1997.

COSTA, I.C.C.; MARCELINO, G.; SALIBA, N.A. Perspectivas de um grupo de alunos de odontologia sobre a profissão no terceiro milênio. **Rev. ABOPREV**, vol. 2, n. 1, p. 38-45, 1999.

COSTA, S. D. M. et al. Feminização do curso de odontologia da Universidade Estadual de Montes Claros. **Ciência & Saúde Coletiva**, vol. 15, n. 1, p. 1865-1873, 2010.

DURAND, JC. Profissões de saúde em São Paulo: expansão e concorrência entre 1968 e 1983. **Cadernos FUNDAP**, São Paulo, v.10, n. 10, p. 333-359, 2010.

FILHO, I.C.; PEREIRA, M.D.F.R.. Políticas de Assistência ao Estudante das Instituições Federais De Ensino Superior em seu Ciclo de Formulação dos Discursos. Em: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015. Paraná, RS. **Anais**. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20123_9885.pdf>. Acesso em 05 ago. 2018.

FINATTI, B. E. et al. Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da UEL: indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil - indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan.-dez./2006, jan.-dez./2007. Disponível em: <<http://https://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1776>>. Acesso em: 19 abr. 2018.

FONAPRACE; ANDIFES. IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior. **Relatório**. Uberlândia, jul. 2016.

FREIRE, M.C.M.; SOUZA, C.S.; PEREIRA, H.R. O perfil do acadêmico de Odontologia da Universidade federal de Goiás. **Divulgação em Saúde para Debate**. vol. 10, 1995, p. 15-20.

FREITAS, C.H.S.M. et. al. Recursos humanos em odontologia: características do acadêmico em instituições públicas em três estados do nordeste. **Revista do Conselho Regional de Odontologia Pernambuco**, v. 2, n. 1, p. 7-11, 1999.

FUNDAÇÃO MENDES PIMENTEL (FUMP) - **Assistência Estudantil da UFMG**. Disponível em: <<http://www.fump.ufmg.br/>>. Acesso em 19.04.2017.

GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES DA AÇÃO AFIRMATIVA – GEMAA. O que são ações afirmativas? Rio de Janeiro, RJ: GEMAA. Disponível em: <http://gemaa.iesp.uerj.br/dados/o-que-sao-acoes-afirmativas.html>

GUEDES, M.C. O contingente feminino de nível universitário nos últimos trinta anos do século XX: a reversão de um quadro desigual. In: **XIV Encontro Nacional de Estudo Populacional da ABEP**, Caxambu, MG, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep> Acesso em abr. 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) – **Relatório ENADE 2016**. Disponível em: < <http://inep.gov.br/relatorios>> Acesso em jun. 2018.

JUNQUEIRA, J.C. et al. Quem é e o que pensa o graduando de odontologia. **Revista de Odontologia da UNESP**, v.31, n. 2, p. 269-284, 2002.

JUNQUEIRA, J.C. et al. Quem é e o que pensa o graduando de odontologia. **Rev. Odontol. UNESP**, vol. 31, n. 2, p. 269-284, 2002.

LATREILLE, A.C. et. al. Perfil socioeconômico dos graduandos em Odontologia da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista da ABENO**, v, 15, n.1, p. 86-96, 2015. Disponível em: < <https://revabeno.emnuvens.com.br/revabeno/article/view/148/139>>. Acesso em jul. 2018.

LEE J, BARRO RJ. **Schooling quality in a cross section of countries**. Cambridge: National Bureau of Economic Research, 1997.

LEITE, D.F.B.M. Perfil socioeconômico de 253 graduandos de Odontologia de uma instituição privada em João Pessoa-PB em 2011. **J Health Sci Inst.**, vol. 30, n. 2, p. 117-119, 2012.

LUCAS SD. Influências familiares, trajetórias escolares e perfil profissional de cirurgiões dentistas egressos de dois cursos de graduação distintos. In: PAIVA A., SOARES, M. **Universidade, cultura e conhecimento: a educação pesquisa a UFMG**. Belo Horizonte: Autêntica Editora Comunicação & Marketing, 1998. p. 131-145.

LUCAS, S. D. **Formação Profissional de Cirurgiões Dentistas egressos de dois cursos superiores com orientações distintas**. 1995. 290 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1995.

MAGNONI MS. Lei de cotas e mídia brasileira: o que diria Lima Barreto? **Estudos avançados**, n.30, v. 87, p. 299-312, 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolo4.pdf>> Acesso em abr. 2017.

MOIMAZ, S.A.S.; SALIBA, N.A.; BLANCO, M.R.B.; A Força do Trabalho Feminino na Odontologia, em Araçatuba – SP. **J. Appl. Oral. Sci.** Vol. 11, n. 4, p. 301-305, 2003. MOYSÉS, S.J. Políticas de saúde e formação de recursos humanos em Odontologia. **Rev. ABENO**, vol. 4, n. 1, p. 30-37, 2004.

NOGUEIRA MA. Elementos para uma discussão da relação classes médias/escola. **Sociologia da Educação**. Porto Alegre: ANPEd, p. 131-145, 1994.

OLIVEIRA, D.L. et. al. Perfil do aluno de odontologia da universidade estadual do sudoeste da Bahia. **Rev. Saúde. Com**, vol. 9, n. 13, p. 169-178, 2013.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2008.

PORTES EA. Estratégias escolares do universitário das camadas populares: a insubordinação aos determinantes. In: PAIVA A., SOARES, M. **Universidade, cultura e conhecimento: a educação pesquisa a UFMG**. Belo Horizonte: Autêntica Editora Comunicação & Marketing, 1998. p. 151-277.

PORTES, E. A.; NOGUEIRA, M.A.L.G. **Trajетórias e estratégias escolares do universitário das camadas populares**. 1993. 248 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 1993

RABELLO, S.B.; GODOY, C.V.C.; PADILHA, W.W.N. Por que a Odontologia se transformou numa profissão de mulheres? **Rev. Bras. Odontol.**, vol. 57, n. 2, 2000, p. 9. Disponível em: <<http://www.odontologia.com.br/artigos.asp>> Acesso em jun. 2018.

REZENDE, F.P. et al. Perfil, motivações e expectativas dos graduandos e graduados em odontologia. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v.19, n.2, p/ 165-172, maio-ago, 2007.

RISTOFF D. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação**, v. 19, n.3, p. 723-747, nov. 2014.

ROMANELLI, G. O significado da escolarização superior para duas gerações de famílias de camadas médias. **R. Bras. Est. Pedag.** Brasília, v. 76, n. 184, p.445-476, set./dez, 1994. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/rbep/article/viewFile/1100/1074>>. Acesso em abr. 2017.

SANTOS EF, SCOPINHO RA. Desigualdades raciais, mérito e excelência acadêmica: representações sociais em disputa. **Ciência e profissão**, v.36, n.2, p.267-279, 2016.

SANTOS, C.P.C.D.; MARAFON, N.M. A Política de Assistência Estudantil na Universidade Pública Brasileira. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 15, n. 2, p.408-422, 19 dez. 2016. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/22232/15301>. Acesso em: 11 jun. 2018.

SCHWARTZMAN, S. A diferenciação do ensino superior no Brasil. In: **Segunda reunião do “Projeto Regional de Estudos sobre Políticas de Educação Superior”**, Buenos Aires, 1999. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br>> Acesso em abr. 2018.

SILVA NV, HASENBALG C. Recursos familiares e transições educacionais. In: **Workshop de demografia da educação na Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Salvador: ABEP, 2001.

SILVA, A.C. Perfil do acadêmico de odontologia de uma universidade pública. **Revista Pesq. Saúde**, vol. 12, n. 1, p. 22-26, jan-abril, 2011.

SILVA, D.P.M. O intercurso das Imagens profissionais do Médico e do Assistente Social sob a ótica do Gênero. In: **Seminários DIMAC**, IPEA, n.127. Grupo de Trabalho 4, 2000. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br>> Acesso em jun. 2018.

SOUZA AC, BRANDALISE MAT. Avaliação da política de cotas da UEPG: desvelando o direito à igualdade e à diferença. **Avaliação**, v.21. n.2, p. 415-437, 2016.

WINTHER JM, GOLGHER AB. Uma investigação sobre a aplicação de bônus adicional como política de ação afirmativa na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). **R. bras. Est. Pop.**, v.27, n. 2, p. 333-359, 2010.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 184, 185, 192, 193
Alendronato 85, 86
Atenção Secundária 208, 209, 215
Avaliação de Serviços de Saúde 208

C

Câncer Oral 60, 61, 66
Catepsina C 97, 99, 107
Ceratodermia palmar e plantar 97
Chupeta 179, 180, 181, 182, 183
Cigarro 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 68, 69

D

Dental Aesthetic 147
Dental Materials 2, 147
Diabetes Mellitus Tipo 1 110, 111, 113
Doença de Papillon-Lefèvre 97
Doença Periodontal 37, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 97, 98, 99, 100, 105, 144, 192, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204
Doenças ósseas maxilares 86

E

Endodontia 2, 3, 10, 11, 18, 31, 179, 195, 208, 209, 211
Epidemiologia 24, 26, 48, 67, 68, 194, 196, 206, 215
Escoamento 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8
Especialidades Odontológicas 52, 208, 209, 212, 215
Estresse Psicológico 51
Estudantes 68, 69, 156, 157, 164, 186, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 242, 247, 253, 254, 255, 257

F

Fonoaudiologia 156, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166
Fumaça 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68

G

Glossite Migratória Benigna 51

H

Higiene 86, 94, 121, 122, 123, 124, 184, 191, 192
Higiene oral 86, 94, 121, 122, 124

I

Idoso 195, 196, 197, 199, 201, 206, 207
Insulina 4, 110, 111, 112, 114, 116, 117, 128

M

Manutenção periodontal 121, 122, 123
Materiais Dentários 2
Microbiology 147
Morte Súbita do Lactente 179, 180, 182

O

Odontologia 1, 10, 13, 23, 48, 49, 50, 52, 59, 68, 69, 70, 85, 97, 110, 121, 126, 131, 144, 146, 156, 157, 164, 166, 167, 169, 179, 184, 193, 195, 197, 207, 208, 216, 223, 224, 227, 228, 229, 232, 235, 236, 237, 238, 249, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 273, 274, 277, 279
Orthodontic Appliance 147, 151, 152, 154
Ortodontia 129, 144, 146, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 171, 179
Osteonecrose 85, 86, 87, 94, 96

P

Periodontite 43, 47, 65, 69, 97, 121, 122, 123
Preparo de canal radicular 11
procedimentos de ancoragem ortodôntica 167
Psoríase 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Q

Qualidade de vida 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 108, 112, 122, 167, 169, 173, 174, 176, 177, 184, 186, 192, 193, 194, 197, 198, 206, 216, 221

R

Regeneração óssea 110, 111, 112, 113, 116, 117, 118, 133

S

Saúde bucal 67, 122, 167, 169, 173, 176, 177, 179, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 215, 216, 217, 218, 221, 222
Serviços de Saúde Bucal 184, 191, 208

T

Tabagismo 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 123
Técnica de expansão palatina 167
Terapia com Luz de Baixa Intensidade 111
Tratamento do canal 11

 **Atena**
Editora

2 0 2 0